

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
Escola de Ciência da Informação  
Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação

Igor Cândido Costa

**OS MUSEÓLOGOS E A GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: a atuação dos  
museólogos como agentes culturais em projetos de musealização ou  
patrimonialização de bens culturais**

Belo Horizonte  
2023

Igor Cândido Costa

**OS MUSEÓLOGOS E A GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: a atuação dos museólogos como agentes culturais em projetos de musealização ou patrimonialização de bens culturais**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Linha de Pesquisa: Memória Social, Patrimônio e Produção do Conhecimento

Orientador: Prof. Dr. René Lommez Gomes

Coorientadora: Profa. Dra. Eliane Cristina de Freitas Rocha

C837m

Costa, Igor Cândido.

Os museólogos e a gestão do patrimônio cultural [recurso eletrônico] : a atuação dos museólogos como agentes culturais em projetos de musealização ou patrimonialização de bens culturais / Igor Cândido Costa. - 2023.

1 recurso online (86 f. : il., color.) : pdf.

Orientador: René Lommez Gomes.

Coorientadora: Eliane Cristina de Freitas Rocha.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

Referências: f. 74-82.

Apêndice: f. 83-86.

Exigência do sistema: Adobe Acrobat Reader.

1. Ciência da informação – Teses. 2. Patrimônio cultural - Teses. 3. Museologia - Teses. I. Gomes, René Lommez. II. Rocha, Eliane Cristina de Freitas. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Ciência da Informação. IV. Título.

CDU 069

Ficha catalográfica: Maianna Giselle de Paula – CRB6: 2642

Biblioteca Profª Etelvina Lima, Escola de Ciência da Informação da UFMG



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

### ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Às 15:00 horas do dia 08 de fevereiro de 2023, por videoconferência - plataforma Meet, realizou-se a sessão pública para a defesa da dissertação de Igor Candido Costa A presidência da sessão coube ao Prof. Rene Lommez Gomes - Orientador. Inicialmente, o presidente fez a apresentação da Comissão Examinadora assim constituída, Prof. Felipe Eleutério Hofmann (ECI/UFMG), Profa. Ana Cecilia Nascimento Rocha Veiga (/UFMG) Profa. Eliane Cristina de Freitas Rocha - Co orientadora (ECI/UFMG) e Prof. Rene Lommez Gomes - Orientador (ECI/UFMG) Em seguida, o candidato fez a apresentação do trabalho que constitui sua dissertação de mestrado, intitulada: "*Os Museólogos e a Gestão do Patrimônio Cultural: a atuação dos museólogos como agentes culturais em projetos de musealização ou patrimonialização de bens culturais*". Seguiu-se a arguição pelos examinadores e, logo após, a Comissão reuniu-se, sem a presença do candidato e do público e decidiu considerar **aprovada** a dissertação de mestrado. O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pelo presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou a sessão e lavrou a presente ata que, depois de lida, se aprovada, será assinada pela Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 08 de fevereiro de 2023.

Assinatura dos membros da banca examinadora:



Documento assinado eletronicamente por **Rene Lommez Gomes, Professor do Magistério Superior**, em 08/02/2023, às 17:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Cristina de Freitas Rocha, Membro**, em 08/02/2023, às 17:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Cecília Nascimento Rocha Veiga, Professora do Magistério Superior**, em 08/02/2023, às 17:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Eleuterio Hoffman, Professor do Magistério Superior**, em 09/02/2023, às 15:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

*Dedico esta dissertação de mestrado a todas as pessoas que me apoiaram e encorajaram ao longo dessa jornada acadêmica.*

*Aos meus amados pais, principalmente à minha Mãe, Cláudia Cândido, uma mulher forte, amiga, incrível, determinada, honesta, cativante, resiliente, entre outros inúmeros adjetivos e qualidades, que nunca desistiu de mim e dos meus sonhos, e o meu pai Anderson Costa, que, juntos, sempre acreditaram em mim e me apoiaram incondicionalmente em todas as fases da minha vida. Seu amor, encorajamento e apoio foram a base sólida que me permitiu chegar até aqui.*

*À Larissa Ottoni, por seu amor transcendental, espiritual e integral, pela sua compreensão, paciência e incentivo durante todos os dias, semanas e meses que estive ao meu lado me amparando e me amando na verdadeira concepção do que é o amor em todos os momentos desafiadores dessa jornada. Sua presença, amizade, lealdade e apoio foram essenciais para minha motivação e determinação em alcançar esse objetivo. Essa conquista é nossa!*

*Aos meus familiares e amigos que sempre me apoiaram com palavras de incentivo, encorajamento e motivação. A presença de vocês em minha vida é um verdadeiro tesouro e sou grato por cada um de vocês.*

*Agradeço também aos meus orientadores/professores René Lommez Gomes e Eliane Cristina de Freitas Rocha pela orientação sábia, pelo conhecimento e pela dedicação em me guiar ao longo deste trabalho. Suas experiências e conselhos foram fundamentais para o desenvolvimento desta dissertação.*

*Aos meus colegas de classe e amigos que compartilharam comigo a jornada acadêmica, as discussões construtivas e os momentos de aprendizado. Agradeço pela colaboração mútua e apoio ao longo desse percurso.*

*Por fim, quero dedicar esta dissertação a todos os familiares, amigos e às vítimas da COVID-19, às museólogas e aos museólogos, aos trabalhadores e trabalhadoras da Cultura do Brasil e a todas as pessoas que lutam e resistem para viver em uma sociedade mais justa, íntegra, plena e equalitária. Este trabalho foi feito com muita resiliência, coragem, determinação e com força de vontade de servir ao meu país, à minha cidade de Belo Horizonte e ao meu estado de Minas Gerais.*

*Esta dissertação é dedicada a todos vocês que fizeram parte da minha trajetória acadêmica e pessoal, e que tornaram possível a realização deste sonho.*

*Muito obrigado pelo amor, apoio e confiança em mim.  
Com todo meu carinho e gratidão, Igor Cândido Costa.*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero expressar minha profunda gratidão a todos que contribuíram para a realização desta dissertação de mestrado. Sem o apoio, incentivo e orientação de várias pessoas, essa conquista não seria possível.

Gostaria de agradecer aos meus orientadores/professores Prof. Dr. René Lommez Gomes e a Profa. Dra. Eliane Cristina de Freitas Rocha, pelas orientações sábias, paciência e dedicação ao longo deste trabalho. Suas sugestões e *insights* foram inestimáveis para o desenvolvimento desta dissertação. Hoje, configuram-se, também, como amigos queridos que estarão eternamente em minhas gratidões por cada passo alcançando na caminhada acadêmica.

Também sou imensamente grato aos membros da banca examinadora, Profa. Dra. Ana Cecília Rocha Veiga e o Prof. Dr. Felipe Eleutério Hoffman por dedicarem seu tempo e conhecimento na avaliação rigorosa deste trabalho. Expresso aqui, também, um agradecimento especial à Profa. Me. Maria Helena Cunha que esteve presente na minha banca de qualificação e como convidada especial nas disciplinas de estágio docente que realizei ao longo do Mestrado e a Profa. Dra. Helena Crivellari pelo incentivo e estímulo ao longo do estágio docente.

Meus sinceros agradecimentos aos meus colegas de classe do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, aos estudantes dos cursos de graduação em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia da Universidade Federal de Minas Gerais que confiaram e participaram ativamente das disciplinas que lecionei no estágio docente e aos amigos que me apoiaram durante todo o processo de pesquisa e escrita, com discussões construtivas, incentivo moral e amizade incondicional.

Gostaria de expressar minha gratidão aos meus familiares, em especial aos meus pais Cláudia Cândido e Anderson Costa pelo amor, apoio incondicional e encorajamento ao longo de toda a minha trajetória acadêmica. Vocês são minha fonte de inspiração.

Gostaria de destacar, também, minha gratidão eterna aos meus avós, Wanda Cândido e Cypriano Cândido por sempre me incentivarem a percorrer o caminho do bem, da honestidade, da humildade e da coragem. Sem vocês eu jamais chegaria até aqui. O amor de vocês, acima de tudo, me motiva a ser um cidadão íntegro e um ser humano capaz de aprender com os erros e acertos para ser o melhor o que eu puder ser na minha profissão, na relação com os meus amigos, com os meus familiares,

com a sociedade e com a família que almejo ter com a minha amada de todas as vidas, Larissa Ottoni, um bálsamo que tenho o profundo privilégio, a mais plena gratidão e a honra de ter como companheira, confidente e melhor amiga. Amo vocês eternamente.

Por fim, quero agradecer à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação (MEC) pela confiança e o financiamento da minha pesquisa ao longo de toda jornada, principalmente no período mais doloroso de todo este processo que foi o período pandêmico da COVID-19, assim como a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho, incluindo professores, colegas de laboratório, funcionários da Universidade Federal de Minas Gerais, da Escola de Ciência da Informação e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, amigos e demais pessoas que me apoiaram em minha jornada acadêmica.

Minha mais profunda gratidão a todos vocês pelo papel fundamental que desempenharam na conclusão desta dissertação de mestrado. O apoio de todos vocês foi inestimável e sou extremamente grato por tê-los em minha vida.

Viva a Universidade Pública Gratuita e de qualidade!

Viva a Ciência!

Viva a Cultura!

Viva os Museus!

Viva o Patrimônio Cultural!

Viva o Brasil!

*“O museólogo é aquele que tem de ter uma formação sociológica e de psicologia social muito desenvolvida, porque na Museologia se trabalha dentro de contextos culturais muito diferentes. Este profissional não é apenas cientista, mas um trabalhador social, onde seu trabalho se fundamenta na relação profunda do homem (e toda a sua valiosa gama de intervenções, de atuações, e de suas percepções) com a realidade. É aqui que se define o que se conhece como “patrimônio”, pois o homem estabelece significados, funções e valores para os objetos percebidos por ele; e por serem patrimônios, são suscetíveis de geração, aquisição e transmissão. É desta maneira que o museólogo vê a relação cultural: como um fator indispensável e muito significativo para a mudança, inclusive, das próprias relações sociais. Para este trabalhador social, a Cultura é mais que essencial; é essencialmente fazer e viver.”*

*Waldisa Guarnieri Rússio*

## RESUMO

A presente dissertação objetiva apresentar um estudo exploratório a respeito das possibilidades de atuação dos profissionais museólogos no campo do patrimônio cultural, fora dos espaços museais, em Minas Gerais. Contextualiza a profissão do museólogo como agente de processos de musealização e a patrimonialização mediante revisão bibliográfica, e expõe resultados de uma pesquisa qualitativa, realizada com o emprego de entrevistas semiestruturadas realizadas junto a sete museólogos que já atuaram em projetos de gestão do patrimônio cultural no referido estado. Após a realização de levantamentos teóricos e da pesquisa de campo, concluiu-se que o museólogo tem relevante potencial para atuar como agente mediador de projetos de fortalecimento e preservação do patrimônio cultural de um povo, e incorporar os valores da subjetividade e da individualidade dos atores sociais nesses processos.

**Palavras-chave:** Gestão. Projetos. Patrimônio Cultural. Museólogo. Agente Cultural. Musealização. Patrimonialização.

## **ABSTRACT**

This dissertation aims to present an exploratory study about the potentialities of museologists to perform on cultural heritage field out of museum establishments, in Minas Gerais State, Brazil. Brings to context museologists as musealization and patrimonialization agent through bibliographic review and exhibits results of qualitative study carried out by semistructured interviews among seven museologists who had act on cultural heritage management projects on that state. After theoretical reviews and research field, it concludes that the museologist has relevant potential to act as a mediator agent in projects that enhance and preserve people's cultural heritage, by incorporating subjectivity and individuality of social actors on those processes.

**Keywords:** Cultural Heritage. Museologist. Cultural Agent. Musealization. Patrimonialization.

## LISTA DE FIGURAS

|                                                                                               |    |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>Quadro 1:</b> Projeto mais significado que já atuou em gestão do patrimônio cultural ..... | 58 |
| <b>Quadro 2:</b> Equipe participante e faltante nos projetos.....                             | 60 |
| <b>Quadro 3:</b> Etapas de realização dos projetos.....                                       | 61 |
| <b>Quadro 4:</b> Técnicas e referências utilizadas da Museologia.....                         | 63 |
| <b>Quadro 5:</b> Técnicas e referências utilizadas fora da Museologia .....                   | 65 |
| <b>Quadro 6:</b> Captação de recursos .....                                                   | 72 |

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                                                                                |    |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1 INTRODUÇÃO .....                                                                                                                                                                             | 12 |
| 1.1 Justificativa e problema.....                                                                                                                                                              | 16 |
| 1.2 Objetivos .....                                                                                                                                                                            | 17 |
| 1.2.1 Objetivo geral .....                                                                                                                                                                     | 17 |
| 1.2.2 Objetivos específicos.....                                                                                                                                                               | 18 |
| 1.2 Estrutura da dissertação .....                                                                                                                                                             | 18 |
| 2 MUSEALIZAÇÃO E PATRIMONIALIZAÇÃO .....                                                                                                                                                       | 20 |
| 3 CAMINHOS E FRONTEIRAS DA MUSEOLOGIA E DO PROFISSIONAL<br>MUSEÓLOGO NO CAMPO DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO .                                                                              | 32 |
| 4 PROFISSÃO MUSEÓLOGO: AGENTE CULTURAL DO PATRIMÔNIO ..                                                                                                                                        | 39 |
| 5 METODOLOGIA / PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....                                                                                                                                              | 48 |
| 5.1 Análise de conteúdo.....                                                                                                                                                                   | 48 |
| 5.2 Apresentações dos dados .....                                                                                                                                                              | 49 |
| 5.3 Perfis dos participantes .....                                                                                                                                                             | 49 |
| 5.4 Formações dos participantes – graduação.....                                                                                                                                               | 50 |
| 5.5 Formações dos participantes – pós-graduação.....                                                                                                                                           | 51 |
| 5.5 Atuações profissionais.....                                                                                                                                                                | 52 |
| 5.6 Percepções sobre a musealização.....                                                                                                                                                       | 52 |
| 5.7 Percepções sobre a patrimonialização.....                                                                                                                                                  | 54 |
| 5.8 Percepções a respeito das diferenças ou aproximações entre a<br>musealização e a patrimonialização.....                                                                                    | 55 |
| 5.9 Participações em projetos mais significativos de gestão do patrimônio<br>cultural em minas gerais .....                                                                                    | 57 |
| 5.11 Participação popular.....                                                                                                                                                                 | 67 |
| 5.12 Captação de recursos .....                                                                                                                                                                | 72 |
| 5.13 Percepções a respeito da formação dos museólogos em gestão de<br>projetos de musealização e patrimonialização de bens culturais .....                                                     | 74 |
| 5.14 Indicações ou referências teóricas e práticas para estudantes de<br>graduação em museologia atuarem em gestão de projetos de musealização<br>ou patrimonialização de bens culturais ..... | 77 |

|                                                                                                                         |    |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 5.15 Percepções a respeito da colaboração do museólogo para a promoção e o desenvolvimento do patrimônio cultural ..... | 78 |
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....                                                                                            | 80 |
| 7 REFERÊNCIAS.....                                                                                                      | 84 |
| APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido – TCLE.....                                                     | 93 |
| APÊNDICE B – Roteiro de perguntas semiestruturadas.....                                                                 | 95 |

## 1 INTRODUÇÃO

A ideia de constituição de uma ciência empenhada no estudo dos museus foi o que definiu o campo da Museologia até meados do século XX. No percurso da formação desta área do conhecimento, a ideia de uma “ciência do museu” esteve, inicialmente, associada à necessidade de constituição de um campo de reflexão sobre o espaço físico e institucional das coleções e dos museus, bem como dos processos de preservação dos testemunhos do passado que eles abrigam. Segundo a tradição francesa do pensamento museal, originalmente, o campo teórico da “museologia” construiu-se em oposição ao campo de execução das práticas de um museu, identificadas pelo conceito de “museografia” – uma perspectiva dicotômica do campo que não mais atende suas necessidades.

Historicamente, os museus e suas práticas – objetos de estudo da Museologia – desenharam-se como fenômeno de caráter elitista, desenvolvidos em espaços mais diretamente associados às elites políticas e culturais, costumeiramente associados à produção de conhecimentos ou de valores simbólicos. Essa conformação tradicional do museu cristalizou, no imaginário da sociedade, a associação deste fenômeno ou instituição às imagens estereotipadas dos gabinetes de curiosidades, dos templos sagrados e dos espaços míticos de guarda e conservação de objetos que, supostamente, representariam a cultura material e a história social e antropológica de uma comunidade, por meio de diversas tipologias de artefatos.

Mas, segundo a obra *Conceitos Chaves de Museologia*

O termo “museu” tanto pode designar a instituição quanto o estabelecimento, ou o lugar geralmente concebido para realizar a seleção, o estudo e a apresentação de testemunhos materiais e imateriais do Homem e do seu meio. A forma e as funções do museu variaram sensivelmente ao longo dos séculos. Seu conteúdo diversificou-se, tanto quanto a sua missão, seu modo de funcionamento ou sua administração (MUSEU, 2013)

Em 1972, a Mesa-Redonda de Santiago do Chile (NASCIMENTO JÚNIOR; TRAMPE; DOS SANTOS, 2012) promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Conselho Internacional de Museus (ICOM), representou uma virada conceitual e epistemológica para a definição do que seria a Museologia e os museus, ao propor que estas instituições e o campo disciplinar dedicado ao estudo dos seus processos adotassem um compromisso com o desenvolvimento econômico e social das comunidades com as quais se relacionavam. Colocou-se em debate a busca por novas formas de atuação e por

mecanismos eficazes para que este tipo de instituição se constituísse enquanto “museu integral”, ou seja, que se deslocasse da perspectiva tradicional de museu para afirmarem-se como instituição integrada e adaptada às necessidades sociais locais e atuante como fator de mudança frente às desigualdades sociais instauradas em seu território. As mudanças propostas pelos intelectuais que integravam a mesa espelhavam uma transformação no eixo articulador do pensamento museal que, lentamente, deslocava-se dos cuidados para com a preservação dos vestígios materiais da história para focar-se no papel social destes registros e das atividades desenvolvidas pelos museus; processo que culminou na alteração do conceito de museu.

A maioria dos países definiu o museu, pelos textos legislativos ou por meio de suas organizações nacionais, de formas variadas. A definição profissional de museu mais conhecida atualmente continua sendo a que se encontra nos estatutos do Conselho Internacional de Museus (ICOM), de 2007: “o museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio, com fins de estudo, educação e deleite”. Essa definição substitui, então, aquela que serviu de referência ao mesmo Conselho durante mais de trinta anos: “o museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, e que realiza pesquisas sobre os testemunhos materiais do homem e seu meio, que ele adquire, conserva, investiga, comunica e expõe, com fins de estudo, educação e deleite” (MUSEU, 2013)

De acordo com a Mesa de Santiago de 1972, esta nova postura preconizada para um museu define-o como “integral porque aborda aspectos além dos tradicionais, de modo a melhor atender às necessidades das pessoas e promover uma vitalidade cultural das sociedades às quais os museus pertencem” (NASCIMENTO JÚNIOR; TRAMPE; DOS SANTOS, 2012, p. 103). Nesta direção, a preocupação com a salvaguarda do patrimônio cultural e com a participação da sociedade nas atividades culturais e museais proporcionariam uma nova percepção do papel dos museus e da Museologia frente às transformações sociopolíticas que estavam ocorrendo na América Latina. Daí em diante, foi demandada, de forma crescente, uma forte atuação dos profissionais de museus no sentido de promoverem intervenções em situações patrimoniais emergentes e ao largo dos processos de reconhecimento de bens culturais, envolvendo a sua presença nos territórios para mediar o trabalho das comunidades com os bens culturais locais, estivessem estes localizados dentro ou fora das instituições museais. A principal pauta em discussão era a afirmação do papel dos museus no desenvolvimento e progresso dos territórios, buscando-se criar novas

formas de se oferecer serviços culturais e educativos capazes de mediar relações fora do espaço tradicional das instituições, tendo-se em vista experiências positivas já levadas a cabo nas práticas latinoamericanas (NASCIMENTO JÚNIOR; TRAMPE; DOS SANTOS, 2012).

Com isso, criou-se a ideia de que cada território com potencial de patrimonialização ou musealização demandaria ações de caráter individualizado, derivado de formas próprias de se elaborar, planejar, gerir e mediar o patrimônio cultural que resultariam do cruzamento de metodologias desenvolvidas por diversas áreas de atuação patrimonial fronteiriças à própria Museologia. Pode-se destacar, entre tais áreas, a da Educação, da Sociologia, da Antropologia e da Comunicação; campos disciplinares que configuraram métodos de preservação ou usos do patrimônio, guiados por várias óticas que, teoricamente, reverberariam os anseios da sociedade que é detentora da herança cultural (CURY, 2014).

Naquele período, havia uma preocupação com a evasão das pessoas do meio rural para o meio urbano, e as crescentes transformações no campo da ciência, economia, tecnologia, educação e política, que, por ventura, foram influenciadas, também, pelo processo de globalização. A partir desse momento, foi possível articular e propor o conceito de uma nova museologia ou uma museologia com um caráter mais social que apresentasse museus dinâmicos e com fins integrais de atuação.

Isto é, os ecomuseus, museus comunitários e museus de território foram apresentados como modelos de museus alternativos, democráticos, colaborativos e participativos e que proporcionaram o pensamento de uma Museologia com um caráter experimental em torno de uma integração entre a natureza e o homem, a valorização dos diferentes tipos de memória e grupos sociais, a diversidade cultural, a proteção dos mais variados tipos de bens culturais e o reconhecimento das expressões culturais que corroboraram para a aproximação das pessoas com o patrimônio e a geração de uma noção de pertencimento, além do desenvolvimento de uma identidade cultural local ao longo das décadas seguintes. (BRULON, 2015)

Ao observamos esta nova fase dos museus e da Museologia proposta pela Mesa de Santiago do Chile, notam-se avanços importantes que reverberaram no pensamento museológico mundial. Foi a partir deste evento que surgiu o Movimento Internacional pela Nova Museologia (MINOM):

O Movimento Internacional para uma Nova Museologia (Minom) é um herdeiro político da Mesa-redonda de Santiago. Criado em 1984 durante o Primeiro Atelier Internacional de Ecomuseus e Nova Museologia em Quebec

(que também reuniu ativistas de museus comunitários, museus locais e museologia popular), o Minom teve e tem um papel importante em enfatizar a dimensão política do conceito do museu integral, isto é, museu como ação, como um instrumento a serviço da sociedade e envolvido na solução de seus problemas. Para o Minom, a declaração de Santiago oferece os fundamentos para uma (nova) museologia, cuja primeira e principal preocupação é “a melhoria das condições de vida, o desenvolvimento das populações e seus projetos para o futuro. (NASCIMENTO JÚNIOR; TRAMPE; DOS SANTOS, 2012)

Para o museólogo, Hugues de Varine, que estava presente na Mesa de Santiago do Chile,

Deixou-se de lado o que havia, ao longo de mais de dois séculos, constituído mais claramente a vocação do museu: as missões de coleta e de conservação. Chega-se, ao contrário, a um conceito de patrimônio global a ser gerido em prol do interesse do homem e de todos os homens. (NASCIMENTO JÚNIOR; TRAMPE; DOS SANTOS, 2012)

Para além disso, Cury (2014) destaca a aproximação da Museologia acerca das ações e processos em torno do campo do patrimônio cultural. A autora aborda essa relação entre campos, por meio da aplicabilidade e da proximidade com outras áreas do conhecimento, como por exemplo, da educação, dos processos educativos em museus como o que é realizado pela educação patrimonial. Isto quer dizer que a complexidade do pensamento museal também está, mais uma vez, relacionada com a área de atuação e de estudo do patrimônio cultural e também com outras áreas do conhecimento.

Contudo, analisando este contexto inicial, pergunta-se: os eventos sociais e as reflexões provocadas pelos autores e pesquisadores citados, acima no texto, são possíveis dizer que, atualmente, em pleno século XXI, estamos avançando para um diálogo que possa inserir a Museologia como área interdisciplinar e de atuação direta com o campo do patrimônio cultural frente à proteção e à comunicação de bens culturais que estejam extramuros ao espaço tradicional de um museu?

A pauta do patrimônio cultural brasileiro e das instituições museológicas encontra-se em constante destaque nas mídias sociais e digitais de domínio público, e também nos setores privado e acadêmico. Em consonância com essa pauta, é importante destacar a presença dos museólogos no que tange à resistência perante as decisões políticas que são destinadas ao estado brasileiro e, com isso, afirmar o seu papel político e social.

A relação da sociedade com os processos de musealização ou patrimonialização preconizam experimentações que possam proporcionar a ocupação cultural de bens culturais móveis, como edificados, com importante valor e referencial

histórico, estético, artístico e social local, a transmissão de informação e do conhecimento por meio de outros tipos de bens culturais materiais ou imateriais e a fortificação dos aspectos que tangem a relação de identificação e pertencimento dos moradores do município em que se encontra o patrimônio em destaque.

Diante deste cenário, questiona-se: como tem-se dado a participação dos museólogos brasileiros em projetos de musealização ou patrimonialização de bens culturais? Quais seriam as bases conceituais e metodológicas dessa atuação?

Este estudo tem como objetivo analisar a atuação e o papel desempenhado pelos museólogos brasileiros, especificamente os profissionais atuantes no estado de Minas Gerais, frente às demandas sociais por sua participação em processos de patrimonialização ou musealização exteriores ao ambiente tradicional dos museus.

A partir das observações realizadas em um trabalho de campo e por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, foi identificado que não há disponibilização pública de levantamentos de dados – seja por parte do Conselho Regional de Museologia da 2ª região, seja pela academia –, sobre a atuação dos museólogos como consultores ou como agentes culturais ativos nos diferentes municípios e regiões administrativas do estado de Minas Gerais. Tendo em vista ser esse um dos entes federativos de maior relevância na preservação do Patrimônio Cultural do país, tanto no aspecto qualitativo quanto no quantitativo em número de projetos, bens e monumentos culturais patrimonializados. Sendo assim, é de grande relevância para o avanço do campo museal brasileiro, explorar a lacuna de conhecimento acerca da atuação do museólogo em projetos desta natureza neste estado.

### **1.1 Justificativa e problema**

A motivação para a elaboração deste projeto surge por meio dos percursos investigativos que foram realizados pelo autor ao longo de sua vida acadêmica e como profissional museólogo no cenário dos museus públicos, museus de caráter privado e de instituições privadas com fins de atuação no planejamento e gestão de projetos de cunho patrimonial e cultural.

Ao longo das participações em projetos de salvaguarda de bens culturais pelo autor, observou-se a ausência do museólogo como responsável ou como parte de uma equipe interdisciplinar que possa ter um olhar sensível e apurado com o patrimônio cultural.

Por conta das observações em trabalho de campo e por meio de uma pesquisa bibliográfica, foi identificado que ainda não foi realizado um levantamento, por parte do Conselho Regional de Museologia da 2ª região ou pela academia, sobre a atuação dos museólogos como consultores ou como agentes culturais ativos nos diferentes municípios e regiões administrativas do estado de Minas Gerais; um dos entes federativos de maior relevância na preservação do Patrimônio Cultural do país, tanto no aspecto qualitativo quanto no quantitativo em realização de projetos de salvaguarda do patrimônio, da presença de diversos tipos de museus, bens e monumentos culturais patrimonializados, os tipos de metodologias que estão sendo utilizadas em processos de musealização e patrimonialização de bens culturais, quais territórios passaram por um processo de mediação do profissional e demais tópicos que podem aprimorar a organização e a divulgação das práticas positivas que estão sendo empenhadas pelos museólogos e que podem, assim, ampliar para conhecimento da sociedade e do meio acadêmico, a função social que faz parte da atuação desse profissional.

Sendo assim, esse estudo busca analisar a participação dos museólogos em projetos que envolvem ações gerenciais de salvaguarda, uso sustentável, mediação e comunicação do patrimônio cultural.

Nele propõe-se, também, apresentar os métodos e práticas da Museologia em projetos de gestão do patrimônio cultural, bem como os seus resultados práticos de forma com que este material seja um referencial de experiências e práticas do campo museal.

## **1.2 Objetivos**

### **1.2.1 Objetivo geral**

Este projeto de pesquisa tem como objetivo geral analisar a atuação profissional dos museólogos verificando, especialmente, como se dá a presença deste profissional nas ações de gestão do patrimônio cultural como agentes culturais em projetos de musealização ou patrimonialização de bens culturais.

A metodologia de pesquisa deste trabalho será por meio do levantamento de referenciais teóricos e de uma pesquisa de campo com sete profissionais museólogos que atuam ou já atuaram com este tipo de demanda no estado de Minas Gerais e que estão registrados em qualquer Conselho Regional de Museologia.

### **1.2.2 Objetivos específicos**

- Analisar a atuação de sete profissionais museólogos registrados em qualquer Conselho Regional de Museologia como agentes culturais em projetos de musealização ou patrimonialização de bens culturais por meio de um roteiro de entrevistas semiestruturadas;
- Medir criticamente as informações recolhidas ao longo da pesquisa a respeito da atribuição do profissional museólogo como agente cultural do patrimônio de acordo com o aporte teórico e análise de conteúdo dos dados recolhidos nas entrevistas semiestruturadas;
- Desenvolver um estudo de referência para o campo da Museologia e da Ciência da Informação no tocante à temática da gestão de projetos do patrimônio cultural pela ótica museal contemporânea.

### **1.2 Estrutura da dissertação**

A dissertação está organizada em cinco capítulos, sendo o objetivo de sua organização apresentar ao leitor os conceitos principais que irão nortear o problema da pesquisa, que é compreender a atuação dos museólogos como agentes culturais em projetos de musealização ou patrimonialização de bens culturais, especificamente, em Minas Gerais.

O primeiro capítulo dá início à análise do conceito de musealização e patrimonialização e a presença dos museólogos nessas discussões em conjunto com as transformações políticas e sociais que ocorreram no Brasil a partir da década de 1970 até a contemporaneidade, que serão abordadas no segundo capítulo.

No terceiro e quarto capítulo serão descritos os desafios de atuação do museólogo no trabalho com o patrimônio cultural brasileiro, como forma de aprofundar na literatura sobre o papel social e como agente cultural que o profissional museólogo vem exercendo ao longo das práticas museais e patrimoniais. As temáticas levantadas pelos autores em foco nesta dissertação contribuem para a construção de uma Museologia que tenha um viés cada vez mais ao encontro das demandas sociais e que possa estar em diálogo direto com outros profissionais que se dedicam ao campo do patrimônio cultural.

No quinto capítulo, parte da metodologia e apresentação dos resultados de análise da pesquisa de campo, tem-se o resultado da pesquisa qualitativa que irá

substanciar o problema que será verificado ao longo de toda a dissertação. Por meio de práticas éticas da pesquisa, e do uso do método qualitativo, será apresentado o levantamento e análise de conteúdo das informações de sete profissionais museólogos que atuam ou atuaram em projetos de gestão do patrimônio cultural por meio de diferentes atuações no mercado de trabalho e que cabem dizer como os museólogos estão atuando em Minas Gerais e como estes profissionais realizam tal função para que, enfim, seja feita a reflexão final que irá concatenar toda a problemática em torno da atuação dos museólogos como agentes culturais do patrimônio cultural.

## 2 Musealização e patrimonialização

Tomando de partida a discussão que cabe à Museologia no âmbito dos museus e do patrimônio, torna-se essencial a apresentação de propostas que tenham como objetivo trabalhar a difusão do trabalho desenvolvido pelo campo museal e, especificamente, pelo museólogo, como um modo de justificar a sua relevância científica e profissional e aprimorar as diferentes formas de atender as demandas que são postas pela sociedade, como o pleno direito à memória e à informação que estão presentes nos museus por meio das suas coleções musealizadas e nos bens culturais patrimonializados.

A Museologia é uma área do conhecimento geralmente associada à produção do pensamento e à atuação, especificamente, voltada para os museus e outros tipos de instituições que podem ser identificadas como “museais”, a exemplo das galerias e centros culturais. Mas, ao longo do seu desenvolvimento, a área vem ampliando seu foco e mostrando uma nova configuração do seu escopo de trabalho, uma vez que a teoria museológica permanece atenta às transformações da sociedade no que diz respeito não só às dinâmicas museais, como também aos processos patrimoniais tomados em largo espectro.

Poulot (2013) aborda a importância dos aspectos conceituais discutidos pelos teóricos da área e que, por conta desse movimento, promoveram uma transformação e o desenvolvimento dos espaços museais, dado que as funções de um museu estavam relacionadas com os moldes de atuação dos museus franceses, que tinha como foco de atuação na institucionalização e conservação de acervos e coleções.

A respeito do paradigma custodial das instituições de memória e informação:

A definição de um museu culmina, classicamente, na enumeração de suas funções. Um *Manifesto*, publicado em abril de 1970, pelo futuro presidente da Associação Americana dos Museus, Joseph Veach Nole identificava cinco funções: colecionar, conservar, estudar, interpretar e expor. O museólogo holandês Peter Van Mensch prefere evocar somente três: preservar, conservar, estudar e transmitir (POULOT, 2013, p. 22).

A primeira construção do profissional museólogo, responsável primário pelas funções e ações a serem empenhadas pelos museus, está relacionada com os chamados conservadores de museus, que desempenhavam o papel cerne no processo de salvaguarda das coleções e que, posteriormente, empenhavam-se no desenvolvimento das produções de exposições, sendo considerados como os

museógrafos, especialistas na comunicação e transmissão da informação (POULOT, 2013).

Stránský (2008) aborda esse tipo de paradigma pelo viés da compreensão de um campo que possui características fortemente relacionadas com o teor prático em uma edificação de museu que, no entanto, reflete a necessidade de uma percepção crítica que vá além do seu objeto de estudo, geralmente conhecido como um local restrito de conservação de objetos de interesses históricos etc. Em outras palavras, o diálogo proposto pelo autor, aponta a importância das teorias e práticas pertencentes ao campo museal como facilitadores para uma análise concreta e rigorosamente científica sobre a relação da Museologia com o meio social, cultural e a esfera do patrimônio.

Já a museóloga Waldisa Guarnieri Rússio busca na Sociologia a reflexão do museu enquanto fenômeno social, tendo trabalhado, portanto, o conceito de fato museal que foi concebido com base no fato social<sup>1</sup>, conceito trabalhado por Durkheim.

prefiro definir Museologia como ciência do fato museal, entendido este como a “relação profunda entre o Homem – sujeito que conhece – e o Objeto – fração e testemunho da realidade de que o Homem também participa – num cenário institucionalizado, o Museu. (BRUNO; ARAÚJO; COUTINHO, 2010)

Segundo De Carvalho, para Guarnieri, “o museu, enquanto fato museal, possui existência própria e uma “força coercitiva”, distinguindo-se dos demais fenômenos sociais, construído na interface entre o individual e o coletivo, sendo de estudo específico do campo da Museologia.” (DE CARVALHO, 2011, p. 152).

A Museologia possui sua experimentação própria enquanto disciplina científica e, sendo assim, é promotora de teorias e práticas que corroboram para a atuação com os museus e o patrimônio cultural em construção com a sociedade e que, sua fonte de investigação está nas relações entre o homem e a sua forma de viver, estar e se relacionar em sociedade que reverbera nas expressões culturais e nos fatos e eventos históricos e sociais.

Não obstante, destaca-se que a atuação dos pesquisadores necessita estar alinhada a um diálogo com as bases ontológicas que proporcionaram a estruturação do que conhecemos hoje como a ciência dos museus, uma vez que “a teoria museológica, isto é, a ciência, museológica, tem o direito de existência e de um futuro

---

<sup>1</sup> O fato social é um “objeto de estudo da Sociologia e um método para estudo de tal objeto. Assim, dedica parte de seu trabalho a elaborar um método que “julga mais definido” para a natureza particular dos fenômenos sociais” (DURKHEIM, 2007).

desenvolvimento, mas apenas enquanto atender às necessidades e requisitos concretos da sociedade presente”. (STRÁNSKY, 2008, p. 104)

Sendo o museu uma instância social que possui o compromisso com a preservação da memória, a mediação da informação e a produção do conhecimento, torna-se fundamental a constante reflexão quanto à sua destinação e a verificação de quais são os impactos diretos e indiretos na vida humana.

Segundo a autora Tereza Scheiner,

O museu significa, assim, a ordem complexa do real: poderoso signo da contemporaneidade, polissêmico, multiforme, designa as incontáveis relações entre o humano e o real, em pluralidade e relatividade (SCHEINER, 1999b). O que constituiria, então, o ser do museu? A sua relação com a realidade (real presente, real em devir), o tempo (duração), a memória (processo) e o homem (produtor de sentidos). De que modo se apresenta esta relação? Em liberdade e pluralidade, sob os mais diferentes suportes - do museu interior à memória da biosfera, todos eles igualmente dobras do real. (SCHEINER, 2015, p. 372)

A Museologia deve exercer uma atuação investigativa direta com a sociedade de acordo com seus fundamentos teóricos para que, então, possa designar a consciência sobre as particularidades que envolvem essa disciplina e que, de fato, a relação entre o homem, o mundo e o real possam existir. (SCHEINER, 2015).

Os princípios da Museologia abordados por Scheiner, ainda apontam um conjunto de fundamentos que podem ser interpretados por uma linha filosófica que compreende a busca do ser humano pela permanência, pela centralidade e pelo caminho da eternidade. A autora ainda aborda que somos capazes de perceber a busca por um indivíduo que está em constante processo de transformação, mas que precisa estar em contato com os processos materiais e imateriais da sua cultura e salvaguardá-los em espaços institucionais e de convivência, como os museus, para não se perder no tempo. Com base nisso, podemos verificar esse contato com o real como uma forma de estar ligado à razão e à preocupação do “homem” em gerar indícios que indiquem a sua caminhada pelos trânsitos culturais, sociais e históricos (SCHEINER, 2015).

No que se refere à criação de legados como forma de trazer à tona a intenção do ser humano em eternizar a sua presença no mundo, conforme é apontada por Scheiner (2015), observa-se que isso representa um modo de como o homem necessita comunicar-se e encontrar um caminho para reproduzir tudo aquilo que foi pensado, construído, entendido e promovido como uma evidência da sua totalidade.

Outro ponto ainda em destaque são os diferentes tipos de linguagens, os discursos e como eles podem gerar uma sapiência e, logo, o aprendizado.

A busca pelo real e verdadeiro e como o homem entende essa passagem de tempo, memória e espaço, faz com que ele crie uma forma de afirmar a sua comunicação e atuação enquanto ser social e cultural. Isto é, a relação dos signos com o homem amplia a forma com que estamos interagindo, produzindo e existindo no mundo. O tratamento da informação e como ela alcança o homem é como podemos identificar os signos que são construídos ao longo da relação mundo x real na Museologia.

Ao considerarmos as reflexões de autores de referência como, MENSCH (1994); GREGOROVÁ (1980 *apud* BARAÇAL, 2008) e STRÁNSKY (2008); podemos entender que, tradicionalmente, o fenômeno dos museus é o que define o escopo analítico da Museologia (CURY, p. 25, 2005).

Vejamos que Mensch (1994) aborda a relação do campo museal com a materialidade de forma que é visto como um processo que "(...) seleciona alguns objetos originais da realidade, insere-os numa nova realidade para que sejam preservados, a despeito do caráter mutável inerente a todo objeto e da sua inevitável decadência, e faz uso deles de uma maneira, de acordo com suas próprias necessidades." (p.11-12)

Já Gregorová (1980 *apud* BARAÇAL, 2008), amplia essa ação para um conceito em que traz outras percepções sobre o entendimento da Museologia. Segundo a autora, podemos entender a Museologia, como uma:

[...] ciência que estuda a relação específica do homem com a realidade, que consiste na coleção e conservação intencional e sistemática de objetos selecionados, quer sejam inanimados, materiais, móveis e principalmente objetos tridimensionais, documentando assim o desenvolvimento da natureza e da sociedade e deles fazendo uso científico, cultural e educacional. (*apud* MENSCH, 1994, p. 12).

Por conseguinte, a lógica dos fundamentos da Museologia diz respeito ao homem e à forma de reconhecer-se e permanecer constantemente à procura de um real que esteja em contato com a sua presença e vivência no mundo e que existe a necessidade de investigar esse sujeito em sua totalidade.

A sensibilidade quanto ao processo de identificação e decisão, quanto as múltiplas formas de visualizar as realidades que estão dispostas no mundo é o que está em questão e é o que afirma o compromisso da Museologia com a identificação, institucionalização, conciliação, comunicação e a capacidade de integralização da

memória e da cultura material e imaterial humana que se torna cada vez mais híbrida, diversa e plural.

Conforme aponta Cury (2009), todos os princípios aqui apresentados pelos autores citados, proporcionaram uma comunhão do que se pode entender no Brasil como a Museologia sendo uma área especializada em abordar a pluralidade dos fatos museológicos. Essa abordagem serve como referencial básico para o campo e foi desenvolvido pela museóloga brasileira Waldisa Rússio Camargo Guarnieri (CURY, p.28, 2009), que define Fato museológico como

a relação profunda entre o homem, sujeito que conhece, e o objeto, parte da realidade à qual o homem também pertence e sobre a qual tem poder de agir - relação esta que se processa num cenário institucionalizado chamado museu. (GUARNIERI, 1990, p. 7).

Mas, a partir dos conceitos que foram formulados ao longo da evolução epistemológica do campo museológico, é importante verificar quais foram os avanços da atualidade de acordo com as tendências de um mundo contemporâneo e instantaneamente conectado.

Segundo Marília Xavier Cury (2009), a construção de uma tradição e uma identidade museal é composta pelo que podemos entender como um ternário: homem, objeto e museu. Nele, o espaço institucional do museu torna-se um “entrave” para a percepção do campo mais alargado de atuação do profissional conforme o pensamento da Nova Museologia.

Dessa forma, a concepção inicial do ternário altera-se para uma configuração que está relacionada com a sociedade, patrimônio e território. Diante desse contexto, também surge a terminologia de uma Museologia Social que possui uma relação específica do patrimônio com as novas tendências e as possibilidades de leitura sobre a intervenção museológica nas cidades, territórios e com as comunidades.

De acordo com o museólogo Mário Chagas, um dos representantes desse pensamento:

Ao contribuir para a constituição e dilatação do domínio da cidadela patrimonial, o campo museal se vê igualmente forçado a uma dilatação e a uma reorganização dos seus próprios limites, especialmente a partir das suas práticas de mediação. Esse fenômeno, passível de ser observado após a Segunda Grande Guerra e as guerras coloniais, ganha ainda maior nitidez na década de 1980, com os desdobramentos da chamada nova museologia. (CHAGAS, 2009, p. 48).

O autor enfatiza a função dos museus como locais que promovem a imaginação, a criatividade e a materialização dos sonhos de uma sociedade. Além

disso, por serem lugares de enquadramento e cultivo da memória, os museus tornam-se espaços contraditórios, eivados por disputas políticas e sensíveis às constantes transformações do tecido social. Por esse motivo, ao longo da história, os museus e o campo do patrimônio cultural são igualmente considerados como esferas de “memória, esquecimento, resistência e poder, perigo e valor, múltiplos significados e funções, silêncio e fala, destruição e preservação”, sendo possível perceber alguma sobreposição entre os processos de musealização e patrimonialização. (CHAGAS, 2009, p. 53)

Nesse sentido, cabe compreender as bases ontológicas onde se encontra a museologia e como tais modificações foram se concebendo entre o homem e o real. Isso quer dizer que, para compreender a episteme dos museus e a sua influência no campo do patrimônio, é necessário ir ao encontro das Ciências Humanas, tendo como foco o campo da Filosofia, para ir em busca de analisar a complexidade da natureza humana e a sua forma de relacionar-se com a produção de conhecimento, a informação e a criatividade.

Segundo a autora Menezes de Carvalho, a museóloga Tereza Scheiner aborda conceitos que são fundamentais para a maneira com que se justifica a museologia enquanto disciplina científica. (DE CARVALHO, 2011)

Para Scheiner, o fundamento ontológico da Museologia consiste na percepção complexa do Real. Afinal de contas, não dá para enunciar as relações entre Museu e Mundo sem entender o que constitui esse Real referido, em cada sociedade, como matriz e síntese de suas próprias representações (SCHEINER, 1999). Esta afirmativa reforça que para cada modelo de Real corresponderá um diferente modelo de Museu (SCHEINER, 1999). Assim, deve-se iniciar a investigação pela dimensão fenomênica do Museu, buscando compreender suas relações com o Real – e remetendo não à ciência, mas à Filosofia (SCHEINER, 1999). (DE CARVALHO, 2011, p. 155).

Cury (2009) ainda trata do papel social da Museologia como instância capaz de produzir uma ação integralizada entre o fato museológico e a sociedade. O diferencial da museologia na contemporaneidade está presente enquanto uma disciplina que é capaz de analisar, verificar e testar o real contexto em que um bem cultural a fim de ser musealizado está inserido.

O verbete sobre musealização da obra Conceitos-chave de Museologia problematiza que a musealização “designa o tornar-se museu ou, de maneira mais geral, a transformação de um centro de vida, que pode ser um centro de atividade humana ou um sítio natural, em algum tipo de museu” (MUSEALIZAÇÃO, 2013, p. 56). Do ponto de vista do campo disciplinar, a musealização corresponde à “operação

de extração, física e conceitual, de uma coisa do seu meio natural ou cultural de origem, conferindo-se a ela um estatuto museal” (MUSEALIZAÇÃO, 2013, p. 57). Ainda conforme o mesmo dicionário, a musealização corresponde a um princípio ou processo de mudança de estatuto de um bem cultural “que repousa essencialmente sob a ideia de preservação de um objeto ou de um lugar” (MUSEALIZAÇÃO, 2013, p. 57); processo esse melhor descrito pela expressão “patrimonialização”, quando não se aplica a um objeto museal. A proximidade conceitual entre esses dois processos torna-se mais explícita ao se levar em conta a proposição feita por Z. Stránsky de que a musealização não se resume à transferência de objetos para os limites físicos de um espaço museal, centrando-se mais na mudança do estatuto do objeto, ao assumir o papel de evidência material do homem e de seu meio. Isso permite avançar a possibilidade de se musealizar um objeto situado fora do espaço físico e institucional de um museu, ao torná-lo alvo de processos de seleção, *thesaurização*, preservação, interpretação e exibição que promovam a mudança de seu status na sociedade e na cultura. (MUSEALIZAÇÃO, 2013, p. 56-58).

A musealização é uma das ferramentas diferenciadas no trabalho com o patrimônio cultural, pois é um tipo de ação específica do campo da Museologia que busca reconhecer, salvaguardar e aproximar a sociedade nas tomadas de decisão a serem feitas por meio de ações de gestão e de comunicação dos bens culturais. São as ações de musealização que possibilitam a ampliação e a participação da Museologia nas comunidades e territórios onde estão presentes a dinâmica museal e patrimonial e que promovem a importância da participação do profissional museólogo junto às diferentes demandas de atuação de intervenção com o patrimônio cultural.

De acordo com o museólogo brasileiro Bruno Brulon Soares,

Musealizar é mudar algo de lugar; às vezes no sentido físico, mas sempre no sentido simbólico. É recolocar, ou dispor para revalorizar. Reordenar, sem a perda de sentidos, mas visando a aquisição de informação ou a sua potencialidade. Processo este que escapa aos limites do museu. Ainda que entendido como instituição social ilimitada, o que há de ilimitado nos museus não é a sua forma ou institucionalização, mas a sua ação, produtora da performance museal, um tipo de delírio das coisas da realidade – nos termos do poeta Manoel de Barros – que na Museologia se convencionou chamar de “musealização”. (2017, p. 190).

Portanto, apesar de ser uma ferramenta específica do trabalho e do pensamento museológico, a musealização aproxima-se do processo de patrimonialização e agrega outras perspectivas de ação aos procedimentos protetivos preconizados por essa última. Além da manutenção física dos bens patrimoniais

materiais ou da conservação das condições de manifestação do patrimônio imaterial, a musealização tem grande potencial para transformá-los, pois fundamenta-se sobre uma cadeia de operações ou interferências que preconizam o reconhecimento e a apropriação do bem, sua gestão e sua comunicação junto às comunidades ou aos territórios aos quais diz respeito.

É o domínio das ações e ferramentas integradas ao processo de musealização que dá importância à participação do profissional museólogo junto às comunidades, em atendimento a diferentes demandas por intervenção ou mediação na construção e conservação do seu patrimônio cultural. A partir dos câmbios mais recentemente operados no campo da Museologia, com que os museus e qualquer outro bem patrimonial fossem igualmente considerados como seu objeto de estudo e intervenção, os museólogos passaram a se apresentar como mediadores tanto dos fenômenos museológicos quanto dos patrimoniais. A afirmação reforça, ainda que teoricamente, o compromisso em se discutir o papel da Museologia como um campo do pensamento responsável por desenvolver ações que contribuam para uma compreensão integral das relações entre as pessoas e os bens culturais, bem como dos processos que permitam a sua salvaguarda e comunicação de forma a produzir informação e conhecimentos necessários à satisfação dos anseios da comunidade. Por isso, a associação entre os campos da Museologia e do Patrimônio Cultural é um dos problemas a serem enfrentados pelas esferas teórica e prática destas áreas, na busca por novos paradigmas de promoção da salvaguarda da memória e da participação do museólogo na mediação dos processos de patrimonialização.

Por meio de métodos, como a própria musealização, que se possui o compromisso em configurar um contexto de institucionalização da memória através das técnicas de pesquisa, seleção, aquisição, conservação e comunicação. Logo, entende-se a musealidade como forma de suscitar diferentes reflexões acerca da participação dos profissionais e da própria Museologia com o trabalho nas comunidades em conjunto com propostas participativas e colaborativas uma vez que surge a possibilidade de transpor e incluir a população no trabalho de interpretação do porquê da existência daquele objeto que será agora conduzido para um museu ou de forma global, reconhecer o território e seus bens culturais pela ação de patrimonialização (BRULON, 2018).

Nesse cenário, compreender a especificidade do conceito de patrimonialização adotado no Brasil é fundamental para se pensar os possíveis caminhos para a atuação

dos museólogos nos processos de intervenção no patrimônio cultural local e no desenvolvimento de políticas patrimoniais que irão promover a preservação dos bens culturais no país.

Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2014), instituição pública brasileira federal, responsável pela preservação de bens culturais a nível nacional, o patrimônio cultural pode ser considerado como um conjunto de bens que possuem as seguintes características: arqueológico, paisagístico e etnográfico, histórico, belas artes e das artes aplicadas (IPHAN, 2014). Como forma de sistematizar cada bem cultural identificado, o IPHAN faz uso dos Livros de Tombo (1938-2012) onde são inscritos os valores históricos, artísticos, arqueológicos e culturais de cada bem material. A cultura dos Livros de Tombo vem de uma tradição patrimonial de Portugal, que inspirou os agentes da cultura do nosso país como Gustavo Capanema, Mário de Andrade entre outros intelectuais envolvidos com a preservação da memória nacional. A forte projeção dessa tradição sobre os intelectuais brasileiros acabou resultando, a partir do processo de idealização dos mecanismos oficiais de salvaguarda do patrimônio, na incorporação desse instrumento de identificação, registro e proteção legal para o trato do patrimônio cultural brasileiro.

A patrimonialização é um dos processos mais importantes para a preservação e a comunicação dos bens culturais. Segundo a autora Sandra Siqueira da Silva, “a patrimonialização é uma ação que tem como finalidade fomentar o desenvolvimento através da valorização, revitalização de uma determinada cultura e do seu patrimônio cultural.” (2011, p. 109). Da Silva, ainda destaca que, no Brasil, a Constituição Federal, em seu artigo 216, reconhece duas categorias de patrimônio cultural: material e imaterial e que a institucionalização do patrimônio cultural no Brasil ocorreu por meio da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937. Mas é preciso lembrar que patrimonializar é diferente de tomba. O patrimonializar envolve, no caso do Brasil, a adoção de outras ações que ampliem ou corrijam a limitação do escopo do tombamento.

Atualmente, o antigo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), configura-se como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHA. Segundo a autora DA SILVA (2011), o referido órgão público de proteção ao patrimônio cultural, define que o patrimônio material e imaterial é composto por:

um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza nos quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e móveis como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.” (apud IPHAN: patrimônio material) Já o patrimônio imaterial é reconhecido como: *as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos (...) reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.* (apud IPHAN: patrimônio imaterial). (DA SILVA, 2011)

A musealização e a patrimonialização diferem entre si nas formas como produzem intervenções nos territórios, pois o uso de metodologias provenientes do campo museológico pode promover outros sentidos e ressonâncias de valores ausentes nas formas tradicionais de se preservar. A Museologia amplia os processos de patrimonialização, uma vez que preconiza ações que visam integrar a participação e o protagonismo popular e comunitário nos processos de reconhecimento e de salvaguarda do patrimônio, evitando-se o centramento das discussões e intervenções na atuação de profissionais do patrimônio. Ela irá em busca de trazer soluções que visem atender às demandas de preservação, exposição, comunicação a partir da mediação da relação da sociedade com o bem cultural. Trata-se de um pensar sobre o patrimônio que o toma como instrumento de desenvolvimento local e de afirmação da identidade das comunidades locais, para que a cultura possa ser fortalecida como fonte de crescimento social, econômico, turístico e cultural de um território.

A distinção entre os processos mais corriqueiros de musealização e de patrimonialização manifesta-se nos momentos em que o profissional museólogo assume o compromisso de apoiar as comunidades na identificação e na atribuição de sentido ao patrimônio, além da adoção de novos usos, voltados para o crescimento e o desenvolvimento cultural local pela mobilização do elo que o patrimônio pode oferecer entre os moradores com o seu território. Essa postura diferencia-se de alguns processos de patrimonialização que eventualmente são reconhecidos como mero “congelamento” legal do bem e das dinâmicas que o produzem no tempo, em razão de seu registro ou tombamento por força normativa e desacompanhados de ações de mediação para sua ressignificação.

A musealização possui um papel estratégico na gestão do patrimônio, pois visa promover um ambiente no qual a manutenção do bem cultural torne-se sustentável por ser preservado e comunicado através do emprego de métodos que incluem o

estudo situacional do bem por meio do diagnóstico museológico, a criação de planos gestão, e outras possibilidades de apropriação social do bem que serão abordadas nesta pesquisa.

De acordo com Soares,

A realidade ou os objetos musealizados, em sua ressignificação museológica, são imediatamente confundidos com o patrimônio. No entanto, nem toda patrimonialização significa uma musealização. Para Stránský (1995, p. 29), enquanto a patrimonialização, expressão demasiado vaga, designa um tipo de preservação passiva, a musealização, ao contrário, dependeria de uma abordagem ativa, que perpassa três ramificações previstas na teoria da Museologia proposta pelo autor: a seleção, a thesaurização e a comunicação. É, portanto, a partir da teoria stranskiana que se passaria a entender a musealização como um processo social em cadeia. (SOARES, 2017, p. 195-196).

Logo, a Museologia contemporânea favorece a concepção de estudos especializados para que seja formado uma extensa rede de discussão das transformações que envolvem o campo e o seu arcabouço teórico, metodológico e prático, a importância do museólogo em diferentes locais de atuação para uma abordagem plena de salvaguarda da memória, da informação, a produção do conhecimento e como se relacionar com a composição social e política existentes em nossa sociedade para angariar mais possibilidades de participação dessa ciência nas dinâmicas coletivas de caráter cultural e social sendo que, assim, amplia-se e fortalece a forma com que está promovendo a proteção do que pode-se entender como o conhecimento humano, da vida de uma forma geral; da vida cultural; das relações; do encontro; da experiência humana.

No trabalho realizado nos museus com o patrimônio cultural, de uma forma mais alargada, tem-se a presença de uma variada gama de profissionais, os das chamadas áreas auxiliares ou complementares que permeiam a Museologia: História, Sociologia, Filosofia, Arquitetura e Urbanismo, Arqueologia, Química, Administração, Pedagogia, Biologia, Conservação e Restauração dentre outras. Esses profissionais também estão presentes nas discussões que tangem o campo teórico e prático da Museologia e dos museus. (GUARNIERI, 1983).

No que diz respeito à interdisciplinaridade, que está presente no estudo da Museologia, Marília Xavier Cury compreende que:

Educação patrimonial é o campo maior que serve à Museologia, mas também a outras áreas, lembrando que Museologia não está isolada e nem tem limites inflexíveis. Ainda, é bom registrar que o patrimônio não é algo do universo restrito dos museus. Então, Educação patrimonial é “[...] um campo de trabalho, de reflexão e ação e, como tal, pode abrigar tendências e orientações educacionais diversas, divergentes e até conflitantes [...]”

(CHAGAS, 2004, p. 143). Aproximar a Educação patrimonial da Museologia corrobora com o enfrentamento da complexidade do tema, patrimônio, e com a necessidade de tratá-lo interdisciplinarmente. Por outro lado, a aproximação permite que a Museologia participe desse campo, com a sua contribuição específica. Nos museus, a Educação patrimonial é Educação museal. Sem perda de raízes conceituais e políticas, atua na particularidade do patrimônio cultural musealizado.(CURY, 2014, p.60).

Nesse sentido, podemos notar que a Museologia também está relacionada com a área de estudo do patrimônio e essa relação consolida-se na construção organizacional dos múltiplos contextos informacionais que estão presentes nos bens materiais e imateriais, com destaque para intervenções que envolvam a institucionalização, gestão, mediação, comunicação e a preservação destes.

Além disso, é importante pensar os diversos tipos de demandas que envolvam a proteção do patrimônio cultural na sua integralidade, tendo como preceito a salvaguarda da memória, a democratização do acesso à cultura, a promoção da cidadania e da identidade cultural, assim como do pleno acesso à informação contida nos acervos museológicos ou bens culturais.

Mas, ainda se pergunta, quais são as técnicas especificamente utilizadas pelo museólogo nos processos de musealização ou patrimonialização de um bem cultural situado fora do espaço tradicional de um museu?

Para refletir acerca dos questionamentos apontados, será dado seguimento no próximo tópico a respeito da configuração atual do museólogo como um agente cultural a serviço da gestão de projetos do patrimônio cultural.

Em relação aos museólogos, cabe-lhes seguirem com o compromisso de acompanharem as decisões que são feitas em âmbito Federal, Estadual e Municipal para que, então, a teoria e a prática museal consigam apoiar, acompanhar, mediar, comunicar e reiterar qual a real função deles como agentes culturais do patrimônio, isto é o que será visto a seguir.

### **3 CAMINHOS E FRONTEIRAS DA MUSEOLOGIA E DO PROFISSIONAL MUSEÓLOGO NO CAMPO DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO**

No Brasil, temos como exemplo a importante influência dos museus nas ações de preservação do patrimônio cultural por meio da criação inovadora da Inspeção Nacional de Monumentos, em 14 de julho de 1934, no Museu Histórico Nacional, pelo seu então diretor, Gustavo Barroso. De acordo com Chagas (2009), tal ação foi um movimento preservacionista pioneiro e antecessor à criação SPHAN, atualmente, IPHAN, autarquia federal dirigida por 37 anos por Rodrigo Melo de Franco Andrade.

Segundo a autora Lia Calabre (2009), o marco temporal que delimita o processo de fundamentação das políticas públicas de cultura no Brasil ocorreu a partir da década de 1930 no governo do então Presidente da República, Getúlio Vargas. Foi um período de reorganização do estado brasileiro, cujo foco foi promover ações de caráter “civilizatório” por meio do campo da cultura e da educação:

No caso do Brasil, tivemos a gestão do Ministro da Educação, Gustavo Capanema (1934-1945), na qual identificamos a criação das primeiras políticas culturais no Brasil. É o período da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN); do Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE); do Serviço Nacional de Teatro (SNC); do Instituto Nacional de Livro (INL), entre outras iniciativas, estruturando assim a gestão pública da área de cultura, em especial, em sua relação com a educação. (CALABRE, 2018, p. 3).

Juntamente com Gustavo Capanema, Calabre (2009) e Canelas Rubim (2017) destacam a importante participação de outros atores, artistas e intelectuais do campo progressista, que proporcionaram a discussão de uma política pública de cultura no Brasil, como Carlos Drummond de Andrade (Chefe de Gabinete de Gustavo Capanema), Cândido Portinari, Oscar Niemeyer, Rodrigo Melo Franco de Andrade (Presidente do SPHAN) do escritor Mário de Andrade, no período em que foi Diretor do Departamento de Cultura do Município de São Paulo (1935-1938), assim como outros agentes sociais e culturais. A pauta naquele momento era a ruptura de um Brasil ainda ligado ao período colonial e que tivesse como objetivo o desenvolvimento de uma identidade nacional e o início de uma geração de personalidades modernistas que, a fim de atender às demandas do Governo Federal, atuavam a partir de ações que promovessem uma pacificação entre a “emergente burguesia industrial, as velhas oligarquias agrárias e outros segmentos sociais, inclusive a dos militares. As classes médias e o proletariado emergem na cena política como atores mais substantivos que nos anos anteriores.” (RUBIM, 2017, p. 60).

Fazendo-se um recorte temporal da história do Brasil, pode-se notar a presença da Museologia e dos museólogos ao longo de fatos históricos emblemáticos. Como exemplo tem-se a participação de diferentes atores e agentes envolvidos no processo de redemocratização do país ao longo do extenso período da ditadura militar entre os anos de 1964 a 1985, momento em que houve intenção de se pensar uma nova relação com o patrimônio que, atualmente, está em crescimento exponencial nas comunidades e territórios brasileiros por meio do pensamento da Nova Museologia ou Museologia Social.

São as tendências de rompimento com o passado elitista, burguês, machista, heteronormativo, racista e entre denominações com a musealização das memórias por meio de acervos, a história oral e demais práticas mediadoras e integralizadas que foram impedidas no período de repressão militar, que é o retrato do silenciamento e da ausência do diálogo e das práticas democráticas de um país.

Nesse dado período histórico, o Brasil pôde contar com personalidades importantes que deram sua colaboração com atividades que estavam relacionadas ao patrimônio e aos museus. A proposta foi fazer uma ruptura do que ainda se entendia pela supervalorização da memória e o progresso por meio do conceito de um estado-nação com noções paternalistas e generalistas da história da república.

A existência e atuação, nesse período, do antigo SPHAN, hoje IPHAN, atesta a institucionalização de bens culturais que interessam ao Estado perante o surgimento de políticas públicas de cultura que situam a presença do poder público na vida social e cultural.

Os processos de preservação da memória e da história brasileira, por décadas, baseavam-se na predominância de processos de salvaguarda de atos considerados como a busca por uma “identidade nacional” e pela supervalorização de personagens ditos “heroicos” que resultaria no conceito de um estado-nacional.

Para Ana Lúcia Siaines de Castro (2009), os processos de sacralização e ocultação de memórias nos museus correspondem a ações que trabalham de forma qualitativa com a sedução por aquilo que pode ser entendido como um ato de velar e não de revelar aquilo que pode ser partido e repartido. Isto é, a relação com a memória, a história e o acesso aos bens culturais é o que pode tornar a comunicação e a informação como atos fundamentais para a sedimentação social, conceito trabalhado, em 1985, pelo então diretor do IPHAN, Aloísio Magalhães. Para além disso, a autora ainda aponta a posição do museu como um local do sagrado ao

segredo, o que significa que a forma como se opera nos espaços museais está voltada somente para alguns e não para todos, fator que promove, então, a invisibilidade e a contingência emocional (CASTRO, 2009, p. 168).

Logo após o fim do regime militar, em 1985, e a reforma da Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988, manifesta-se uma nova perspectiva para a investigação e atuação no cenário museológico e patrimonial brasileiro. Partindo-se desse ponto, é que se pode analisar a base de um contexto museal que busca pelo seu reconhecimento e a valorização das competências profissionais que cabem ao museólogo exercer em prol da sociedade.

Com base nisso, surge, no Brasil, a necessidade de reconfigurar o que se entende pelo trabalho com as memórias denominadas clandestinas que foram colocadas à margem e que estiveram, por um longo período, subterrâneas às narrativas museais e patrimoniais. (CASTRO, 2007). É, nesse momento, que se instaura a reivindicação e a plena demanda social pela retomada da preservação de memórias que foram silenciadas de grandes grupos identitários, como os povos indígenas, a comunidade LGBTQIAP+, as pessoas negras, pretas, pardas, quilombolas, os povos ciganos, as pessoas com deficiência e demais grupos ou comunidades que fazem parte da diversidade cultural, étnica e social brasileira. Por esse motivo, há uma movimentação por parte de alguns membros do IPHAN e de outras autarquias do governo federal, que respondiam pelo campo da cultura, quanto às demandas que suscitaram para a salvaguarda das instâncias e suportes de memórias. Além disso, a pressão social quanto aos processos de decisão em torno do que é patrimônio, museu, cultura e as variáveis que compõem a memória social e cultural do país foram colocadas à tona. O ponto chave dessas questões são os conceitos e narrativas que eram utilizadas por parte do estado brasileiro para a preservação da memória, que estiveram por um extenso período distantes, silenciados e apagados das realidades locais.

Atualmente, autores como Lia Calabre, Maria Helena Cunha, Antônio Albino Rubim, Teixeira Coelho entre outros, abordam essa transição histórica para a recondução de um estado livre, laico e democrático de direito como temática implementada nas políticas públicas de cultura. O campo das políticas culturais surge na segunda metade do século XX como área de organização da informação da trajetória histórica e administrativa da política pública brasileira no campo da cultura.

O carro chefe desses estudos ocorreu mediante as discussões das conferências da UNESCO durante a década de 1970 (LIMA, 2012).

O campo de pesquisa das políticas culturais no Brasil visa identificar o desenvolvimento das diferentes dimensões em que a cultura está situada, tendo como exemplo o trabalho com os variados segmentos artísticos e culturais, a relação da sociedade com a diversidade cultural e com as instituições de cultura, as manifestações, expressões e eventos populares e as variáveis e possíveis impactos que compõem o próprio conceito de cultura. (CALABRE, 2009)

Até o início da década de 1980, o período da institucionalização da cultura foi marcado pela descontinuidade das ações e do uso de “indicações políticas e familiares, longe, por conseguinte, de critérios mais afinados com a qualificação da administração cultural” (RUBIM, 2017, p. 61).

A política cultural brasileira revela, em sua essência, a necessidade de afirmação de controle do Estado com as diferentes classes sociais e o certo entendimento do poder que sempre esteve na cultura para a transformação da vida política, educacional e social da sociedade. A cultura exercia um papel estratégico no âmbito de desenvolvimento dos regimes ditatoriais que foram instaurados no país.

Os dois períodos de vigência da cultura, pela ótica da ditadura militar no Brasil, de 1964 a 1968 e de 1968 a 1974 foram os momentos da história em que de fato ficou claro a perseguição, a ausência de diálogo e o desprezo pelas lutas populares que estavam presentes nas expressões e manifestações populares. Artistas, escritores, jornalistas e todas as pessoas que tinham um pensamento contrário às arbitrariedades e às barbáries que estavam em ação no país, foram mortas ou exiladas. Entretanto, com o suporte de agentes do patrimônio cultural, como Aloísio Magalhães, que segundo Coelho era um intelectual administrativo que, com o seu dinamismo, sua criatividade e visão antropológica do conceito de cultura, proporcionou um diálogo com os setores militares, assim como promoveu importantes criações e alterações de instituições como o próprio IPHAN e a Funarte, ambas de responsabilidade da esfera federal. (RUBIM, 2017)

Com isso, Antônio Rubim afirma que:

As experiências excepcionais, mas isoladas, do Iphan e da Funarte não têm cacife para mudar o panorama da institucionalidade cultural brasileira. As três tristes tradições prevaletentes na trajetória das políticas culturais no país – ausências, autoritarismos e instabilidades – não permitiram maior atenção e cuidado com a institucionalidade cultural. Ela se manteve imersa no

amadorismo, fragilidade, clientelismo, fisiologismo, patrimonialismo e instabilidade. (RUBIM, 2017, p. 64).

Para tanto, percebe-se que a cultura e seus estigmas conceituais e ideológicos percorreram o imaginário social e político do Brasil e segue, até os dias atuais com enfrentamentos bárbaros da não compreensão ou do falso entendimento a respeito do real conceito e aplicabilidade do que é a cultura brasileira.

A partir daí, observa-se a busca pela valorização de um novo viés institucional que é instaurado no país e que não compartilha mais das ideias do passado, uma vez que a necessidade agora é dar visibilidade a narrativas identitárias que acabam deslocando-se, também, para pequenos grupos que se inserem nos territórios. As demandas sociais pela preservação da memória e do patrimônio afunilam-se nas cidades brasileiras, de forma que as políticas públicas se expandem para uma responsabilidade global entre as instâncias federais, estaduais e municipais.

Somente no ano de 1985 foi criado o Ministério da Cultura (MINC) mediante o fim do período ditatorial militar. O clamor social de décadas passadas foi configurado com o surgimento de uma pasta fixa e exclusiva para assuntos da cultura, entendendo-se que não havia mais saída para justificar a não existência desse eixo de atuação no governo federal, que poderia, inclusive, colocar em risco a própria garantia de uma estabilidade política que estava sendo instaurada no país. Contudo, a sua trajetória institucional é entrelaçada de controvérsias, de descontinuidades e, novamente, de disputa política.

Em um momento em que pulsava no país o sentimento transformador e libertador por parte da sociedade, o MINC teve um percurso complexo, tendo como exemplo a sua extinção e o rebaixamento da pasta para o de uma secretaria, ficando marcado pela forte influência política e econômica neoliberal dos Estados Unidos, ao longo dos governos dos presidentes, José Sarney (1985-1989), Fernando Collor de Melo (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994). Foi a partir desses períodos que foi criada a possibilidade dos incentivos fiscais na cultura por meio da Lei Sarney que, em seguida, veio a se configurar, no governo Collor, como Lei Rouanet, e que, hoje, configura-se como Lei de Incentivo à Cultura (RUBIM, 2017).

Ao longo das décadas, após a virada para o século XXI, pode-se observar o crescente envolvimento dos estados e municípios em prol de uma valorização e incentivo à cultura brasileira.

No caso do Brasil, é instaurada uma ruptura dos modelos tradicionais de envolvimento da cultura com a política pública por meio de diálogos constantes dos movimentos sociais, culturais e artísticos, que proporcionaram uma reflexão a respeito de alguns temas emergentes, como: a valorização da cultura como um campo estratégico de desenvolvimento humano, social e econômico, a influência das novas tecnologias e das diferentes formas de se produzir e consumir os produtos culturais, da sociedade da informação, da globalização e da abertura das instituições culturais para um diálogo com a sociedade. (RUBIM, 2017).

Logo, esse movimento foi possível a partir do reconhecimento e a ampliação dos processos de implementação das políticas públicas de cultura como garantia do progresso de uma sociedade democrática de direito, promovida pelos governos do Presidente Luiz Inácio Lula Da Silva (2002-2010) e da Presidenta Dilma Rousseff (2010-2015).

Os trabalhos realizados pelos ministros da Cultura, Gilberto Gil (2003–2008) e Juca de Oliveira (2008-2011 e 2015-2016), proporcionaram uma grande reviravolta em todos os setores e dimensões conceituais, institucionais e políticas em que a cultura encontrava-se inserida no Brasil. No campo da Museologia e dos museus foi fundamental a criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), da Política Nacional de Museus (PNM), da Política Nacional de Educação Museal (PNEM), dos Pontos de Memórias (PM), a criação de cargos públicos em autarquias e museus federais para museólogos, a ampliação dos cursos de graduação em Museologia nas universidades federais para todas as regiões do território brasileiro e outras ações que foram fundamentais para fortalecer as políticas culturais e elevá-las para um eixo estratégico de desenvolvimento do país. (RUBIM, 2017).

Os desafios ainda são muitos, uma vez que as políticas públicas de cultura, tratando-se especificamente das voltadas para o patrimônio e para os museus, ainda anseiam por uma mobilização popular e dos profissionais envolvidos para que se possa ampliar os debates em prol de uma valorização das ações de preservação dos bens culturais, que esteja alinhada com os interesses da sociedade, para que, assim, seja instaurado um bem-estar não somente na área econômica, mas também na do desenvolvimento social, cultural, educacional dentre outras tantas que impactam diretamente na qualidade de vida das pessoas, assim como no crescimento da sociedade e dos cidadãos.

No próximo capítulo, serão apresentadas a força e a missão social dos profissionais museólogos como agentes a serviço da cultura, dos museus e do patrimônio com as comunidades.

#### 4 PROFISSÃO MUSEÓLOGO: AGENTE CULTURAL DO PATRIMÔNIO

O museólogo é o profissional que possui o compromisso em aproximar o debate em torno dos verdadeiros produtores e beneficiários dos fenômenos museais e patrimoniais, a sociedade. São profissionais que propõem uma observação e reflexão crítica quanto a sua importância frente o trabalho com o campo da memória, da informação e, logo, com a preservação do que podemos entender como os bens culturais que são concebidos e reconhecidos ao longo da história como herança cultural (BRUNO, 2009).

Segundo os Conceitos Chaves da Museologia:

O termo “museólogo” pode ser aplicado ao pesquisador cujo objeto de estudo está voltado para uma relação específica entre o Homem e a realidade, caracterizada como a documentação do real pela apreensão sensível direta. Seu campo de atividade está essencialmente ligado à teoria e à reflexão crítica sobre o campo museal, de modo que o seu trabalho não está limitado ao espaço do museu, e ele pode atuar também em uma universidade ou em outros centros de pesquisa. Esse termo é também utilizado, por extensão (particularmente no Canadá), para designar a pessoa que trabalha para um museu e que desempenha uma função de chefe de um projeto ou de programador de exposição. (DESVALLÉS; MAIRESSE 2013, p. 83)

Ao pensarmos na relação entre os museólogos e a estrutura da Museologia contemporânea, de acordo com a pesquisadora e museóloga Cristina Bruno,

Compreende-se, hoje, que a Museologia tem um espaço próprio de experimentação, análise e sistematização de seu objeto de estudo. Articula-se em função dos processos de musealização das referências patrimoniais que têm sido preservadas e tem potencialidade de transformá-las em heranças culturais. Por sua vez, estes processos estão voltados, especialmente, para a relação entre o Homem (público/sociedade) e o Objeto (coleção/patrimônio) em um Cenário (museu/território). (BRUNO, 2009, p. 14).

Ao analisar o campo dos museus no Brasil, no século XX, as autoras DE FARIA e POSSAMI (2018), buscam, na obra de Pierre Bourdieu (2004), compreender, de forma conceitual e filosófica, como é possível pensar os museus como espaços simbólicos de trabalho, no qual as lutas dos agentes determinam, validam e legitimam representações.

Para Pierre Bourdieu, os agentes individuais e institucionais criam um espaço de atuação que só se mantém por suas relações objetivas. Essas relações tendem gradativamente a criar um espaço de lutas, forças, negociações e autonomia. A autonomia produz um microcosmo de leis próprias, designado pelo autor como campo, cuja estrutura se define pela distribuição do capital científico entre os agentes engajados nesse domínio. (DE FARIA; POSSAMI, 2018, p. 17).

A seguir, a partir dos diferentes momentos da história dos museus e da Museologia na sociedade, será possível notar as mudanças que os museus e os profissionais envolvidos com essas instituições percorreram e de que forma a Museologia estabeleceu contato com os fenômenos museológicos e com a fundamentação teórica que auxiliou no fazer dos profissionais e dos pesquisadores comprometidos com o trabalho nessa área.

Em 19 de novembro de 1964, foi registrada, na cidade do Rio de Janeiro, a Associação Brasileira de Museologia (ABM), organização fundamental para a busca da valorização dos profissionais de museus por meio dos diálogos em torno do reconhecimento do poder público nas esferas municipal, estadual e federal. Foi discutida a função e atuação dos museus na sociedade brasileira, assim como a institucionalização dos espaços museais e dos seus respectivos profissionais nos órgãos públicos. Esse movimento foi possível devido à implantação do Curso de Museus que já estava vigente no Museu Histórico Nacional desde 1932, e que, mediante a mobilização dos profissionais ao longo das décadas seguintes, por meio da Lei n. 7.287, de 18 de dezembro de 1984, resultou na regulamentação dos conservadores de museus, como, enfim, museólogos. (BISERRA, 2017)

A legalização da profissão do museólogo foi uma conquista nacional e a sua regularização ocorreu no território brasileiro pela Lei n. 7.287, de 18 de dezembro de 1984, e são regidas e fiscalizadas pelo Conselho Federal de Museologia e pelos Conselhos Regionais de Museologia. A função dos conselhos é fiscalizar e auxiliar as demandas que surgem no setor museal, assim como articular debates em prol de uma valorização do setor museológico e dos trabalhadores que o servem. Como forma de fiscalizar e garantir seus direitos e sua integridade, o Decreto n. 91.775, publicado em 15 de outubro de 1985, chancelou a criação dos Conselhos Regionais de Museologia (COREM) e, em seguida, do Conselho Federal de Museologia - COFEM (CONSELHO FEDERAL DE MUSEOLOGIA, 2022)

De acordo com a Lei n. 7.287 (BRASIL, 1984), é possível perceber a associação do museólogo com os diferentes cenários que formam a tônica da produção da cultura no Brasil, que vai desde os setores do folclore e da música tradicional até à arte contemporânea. As atribuições do profissional vão desde o trabalho no espaço tradicional de um museu, até o reconhecimento do seu papel nas ações que envolvam a mediação direta dos profissionais que guiam processos de preservação dos bens culturais com a sociedade.

Conforme o Artigo 3º da Lei n. 7.287, são atribuições do museólogo:

- I – ensinar Museologia nos seus diversos conteúdos, em todos os graus e níveis, obedecidas as prescrições legais;
- II – planejar, organizar, administrar, dirigir e supervisionar os museus, as exposições de caráter educativo e cultural, os serviços educativos e atividades culturais dos museus e de instituições afins;
- III – executar todas as atividades concernentes ao funcionamento dos museus;
- IV – solicitar o tombamento de bens culturais e o seu registro em instrumento específico;
- V – coletar, conservar, preservar e divulgar o acervo museológico;
- VI – planejar e executar serviços de identificação, classificação e cadastramento de bens culturais;
- VII – promover estudos e pesquisas sobre acervos museológicos;
- VIII – definir o espaço museológico adequado à apresentação e guarda das coleções;
- IX – informar os órgãos competentes sobre o deslocamento irregular de bens culturais, dentro do País ou para o exterior;
- X – dirigir, chefiar e administrar os setores técnicos de Museologia nas instituições governamentais da administração pública direta e indireta, bem assim em órgãos particulares de idêntica finalidade;
- XI – prestar serviços de consultoria e assessoramento na área de Museologia;
- XII – realizar perícias destinadas a apurar o valor histórico, artístico ou científico de bens museológicos, bem assim como sua autenticidade.
- XIII – orientar, supervisionar e executar programas de treinamento, aperfeiçoamento e especialização de pessoas habilitadas nas áreas de Museologia e Museografia, como atividade de extensão;
- XIV – orientar a realização de seminários, colóquios, concursos, exposições de âmbito nacional ou internacional, e de outras atividades de caráter museológico, fazendo-se nelas representar. (BRASIL, 1984)

As ações do museólogo, para além dos museus, têm ocorrido também nos pontos de cultura, pontos de memória, nas associações comunitárias de bairros, nos centros culturais, nas galerias de arte, nos museus de base comunitária e nos ecomuseus; nos sistemas estaduais de museus; conselhos do patrimônio cultural e de políticas culturais em nível municipal, estadual e federal. Além disso, conta-se ainda com o desenvolvimento de projetos de inventário dos bens culturais municipais para fins de captação de recursos públicos, por meio de instrumentos como o ICMS do Patrimônio Cultural, elaboração de projetos de gestão que envolvam planos de manutenção anual de museus ou de centros especializados em interpretação do patrimônio, entre outras possibilidades de consultoria e atuação direta em equipamentos culturais.

Para a autora De Carvalho (2011), uma das expoentes da profissão foi a museóloga Waldisia Rússio. Segundo essa pesquisadora,

Rússio Guarnieri foi uma das primeiras profissionais no mundo a discutir o museu e a Museologia a partir de uma perspectiva mais dialética, apresentando o museólogo como um “trabalhador social”, ou seja, as funções de coletar, preservar, pesquisar e divulgar o patrimônio cultural de nada

valeriam se não fossem realizadas com o intuito de que a sociedade seja o maior beneficiário. Suely Cerávolo afirma que Rússio Guarnieri preferia apresentar suas conclusões sobre Museologia como conceito, e não como definição, “[...] deixando-a em aberto e, assim, capaz de incorporar futuras modificações [...]” (CERÁVOLO, 2004, p. 1). Afirma também que Rússio Guarnieri influenciou-se no pensamento de George Henri Rivière (CERÁVOLO, 2004).

Ao analisarmos a obra de Waldisa, é possível entender a reflexão posta por De Carvalho a respeito da importância da autora para o campo museológico brasileiro. Foram os feitos acadêmicos e profissionais de Rússio que moldaram os profissionais e pensadores contemporâneos da Museologia e a atuação inovadora em projetos de gestão de bens culturais por meio do uso da musealização e da patrimonialização, como o projeto Museu da Indústria de São Paulo, Museu-Sobral, Museu Memória do Bixiga, Estação Ciência, Museologia & Documentação/Informação, entre outros (BRUNO, 2010).

Desse modo, estamos tratando do museólogo como um profissional que é dinâmico, plural e que tem o direito de ser reconhecido e incluído nos diferentes locais e espaços de trabalho e de discussão das temáticas museais e patrimoniais dos territórios e suas comunidades. Concomitante a isso, é significativo observar a decorrência dos processos de intervenção que estão presentes nos museus e no patrimônio sendo que os museólogos ainda enfrentam dificuldades de inserção no mercado de trabalho devido a todas as questões que foram abordados no texto até aqui e que torna, portanto, a relevância da frequente participação e o amplo reconhecimento e apoio acadêmico e social de trabalhadores como os arquitetos, historiadores, antropólogos, arqueólogos, turismólogos, entre outros que se empenham na proteção e comunicação do patrimônio.

A relação de trabalho do museólogo com a memória, informação, identidade, cultura e os bens culturais é o que aproxima e comprova a necessidade de uma ampla inserção no mercado de trabalho dos museus, mas, principalmente na gestão e projetos do patrimônio cultural, dado que existem várias demandas territoriais que necessitam de um planejamento estratégico com os processos que estão em torno da cultura material e imaterial.

Por meio de processos específicos da área, como a musealização<sup>2</sup> e outras metodologias específicas do segmento, os museólogos podem ser considerados

---

<sup>2</sup> Segundo André Desvallés e Francois Mairesse, “a musealização é a operação de extração, física e conceitual, de uma coisa de seu meio natural ou cultural de origem, conferindo a ela um

partes de um grupo especializado na ação em prol dos bens museais e patrimoniais. A sua função também está relacionada com questões fundamentalmente sensíveis à mediação dos interesses da sociedade com a seguridade da memória e dos percursos culturais e sociais que são produzidos no decurso da existência humana. A sensibilidade está justamente no trabalho com a comunidade que cerca o patrimônio ou o museu. Ter a percepção que a memória, história e a cultura de um povo deve ser tratada com respeito, escuta e de forma com que os anseios das pessoas estejam alinhados com a salvaguarda do bem cultural.

Além disso, esses profissionais, também buscam propor ações que visem elaborar, em conjunto com a sociedade, formas criativas e inovadoras que, por meio da salvaguarda e do uso-ocupação dos e nos museus e o patrimônio, promovam o desenvolvimento local em diferentes setores como a educação, o turismo, a economia, a cultura, dentre outros.

A figura do museólogo, como agente cultural, um profissional que atua *in loco* nas comunidades locais, é fortemente presente no campo do patrimônio das mais variadas formas. A participação da museóloga Waldisa Russio em diferentes momentos do período antecessor à redemocratização do Brasil, revela o potencial do ofício museológico como um verdadeiro ator social e político que está a serviço da sociedade para mediar as necessidades que cabem a plena salvaguarda da memória, da informação e da soberania nacional no que tange o campo do patrimônio cultural. Rússio esteve presente na luta pela democracia e pelos direitos das comunidades pelo acesso, a valorização e a promoção do bem viver por meio do trabalho com o patrimônio e os museus. (BRUNO, 2010).

No caso dos museus, é possível destacar o trabalho realizado em 1979 com os trabalhadores da indústria do Estado de São Paulo e que resultou na tese de doutorado da pesquisadora, “Um Museu da Indústria na cidade de São Paulo”, que tinha como objetivo trabalhar a musealização do processo de industrialização e modernização do estado. Em detrimento desse processo, a autora desenvolveu diversas ações de mobilização e integração entre trabalhadores, familiares e a comunidade local.

---

estatuto museal – isto é, transformando-a em *musealium* ou musealia, em um “objeto de museu” que se integre no campo museal.” (2013, p. 85)

O Projeto Jovem Pesquisador FAPESP/IEB-USP, por meio do Catálogo do Arquivo-IEB Waldisia Rússio, revela as diferentes facetas de Waldisa como uma museóloga atuante em um país que passava por um momento de extremo autoritarismo, durante o regime militar entre as décadas de 1964 a 1984 mas que, diante da busca por alcançar seus objetivos enquanto mediadora sociocultural, comprova a função social do museólogo para com a sociedade brasileira e que, inspirou várias gerações de museólogos por todo o país, que seguem atuando para manter o legado tão potente e transformador para o campo museal que foi deixado por Waldisa.

A autora Lena Cunha aborda as transformações que cabem ao cargo de um produtor ou gestor cultural. São funções em constantes processos de formação e que podem ser desenvolvidas de forma ampla ou específica. No caso dos museus e do patrimônio histórico cultural, destacamos a gestão cultural como uma das possibilidades de atuação de ocorrência frequente e que “podem exercer atividades em museus, arquivos, bibliotecas, hemerotecas, filmotecas, espaços expositivos, dentre outros.” (CUNHA, 2007, p. 112)

Concomitante a isso, pode-se dizer que a organização de trabalho da cultura está relacionada com a mediação cultural. Segundo Teixeira Coelho, “são processos de diferente natureza cuja meta é promover a aproximação entre indivíduos ou coletividades e obras de cultura e arte.” (2014, p. 268)

Com o conceito de agente cultural proposto por Teixeira Coelho, ainda se pode entender a importância desse ator social em prol da ação cultural dos museus e do patrimônio uma vez que é um profissional que:

“(...) sem ser necessariamente um produtor cultural ele mesmo envolve-se com a administração das artes e da cultura, criando as condições para que outros criem ou inventem seus próprios fins culturais. Atua, mais frequentemente embora não exclusivamente, na área da difusão, portanto mais junto ao público do que do produtor cultural. Organiza exposições, mostras e palestras, prepara catálogos e folhetos, realiza pesquisas de tendências, estimula indivíduos e grupos para a autoexpressão; faz enfim a ponte entre a produção cultural e seus possíveis públicos.” (TEIXEIRA COELHO, 2014)

Para tanto, em quais aspectos a Museologia está envolvida com a difusão, promoção e preservação da memória e de bens culturais? Quais são os métodos, técnicas e referências de atuação dos museólogos em projetos de gestão do patrimônio cultural? Quais são os locais de trabalho em que os museólogos podem atuar diretamente como um agente cultural do campo do patrimônio em busca da

salvaguarda da memória? Nos próximos parágrafos, será dada continuidade a essas reflexões.

A resistência política e social do Brasil que reverbera até os dias atuais, mostra a urgência por uma reformulação das políticas públicas brasileiras e a inserção da cultura como eixo central das discussões de um futuro em que se tenha a consciência social e a democracia plena como um caminho para uma sociedade consciente da sua diversidade e real potencial de transformação e união.

É significativo ressaltar que existe o reconhecimento do trabalho com as políticas públicas de memória realizados pelo IPHAN e outros órgãos e entidades públicas, mas, ao mesmo tempo, torna-se essencial a criação de novas propostas que sejam articuladoras, para que prevaleça uma intensa aproximação de políticas públicas para as reais demandas da sociedade de forma localizada e que, talvez, um profissional museólogo poderia ajudar a mediar os paradigmas da preservação sobretudo com novas visões e técnicas.

Em Minas Gerais, as políticas culturais para o patrimônio destacam-se pelo fato de o Estado ser um território detentor de um expressivo volume de bens culturais e instituições que se dedicam à salvaguarda e à comunicação do patrimônio, bem como pelos seus espaços museológicos que são referência nacional e internacional. Além disso, foi um estado modelo para o sistema de patrimonialização do SPHAN, hoje denominado IPHAN. Isso porque o Estado possui um amplo conjunto de cidades que foram declaradas de importância histórica para o país e que passaram pelos processos de tombamento, já que possuíam os melhores exemplares dos bens culturais à época eleitos como de mais alto valor cultural e de importância nacional (FONSECA, 2017).

Segundo Maria Cecília Londres Fonseca,

O universo dos patrimônios históricos e artísticos nacionais se caracteriza pela heterogeneidade dos bens que o integram, sendo maior ou menor conforme a concepção de patrimônio e de cultura que se adote: igrejas, palácios, fortes, chafarizes, pontes, esculturas, pinturas, vestígios arqueológicos, paisagens, produções do chamado artesanato, coleções etnográficas, equipamentos industriais, para não falar do que a Unesco denomina patrimônio não físico ou imaterial – lendas, cantos, festas populares e, mais recentemente, fazeres e saberes, os mais diversos. (FONSECA, 2017, p. 39).

Nesse caso, as políticas para o patrimônio de Minas Gerais destacam-se e diferem de outros estados brasileiros por possuírem um desenvolvimento de instituições para a memória e um conjunto instrumental de preservação do patrimônio,

uma vez que essas ações corroboram para a quebra de barreiras de separação entre a população e as medidas de salvaguarda dos bens culturais.

Disto isso, podemos citar a presença e o papel do governo federal, estadual e municipal frente à descentralização, fomento e o acesso aos bens culturais. Uma das políticas de profunda relevância que visa ter esse elo entre o poder público e a sociedade civil é o Plano Nacional de Cultura (PNC), criado em 2011 pelo Ministério da Cultura (MINC). Uma das metas e diretrizes gerais de aplicação desse plano que pode ser destacado neste estudo é a de número cinco, no qual estipula que, deve ser criado o Sistema Nacional de Cultura (SNC) e que, dentro dele deverá existir o Sistema Nacional do Patrimônio Cultural (SNPC). É por meio dessa diretriz que se visa-se descentralizar os recursos públicos por meio da municipalização da cultura, isto é, tornar o incentivo e fomento à cultura mais próximo da vida das pessoas, agentes, instituições, projetos e atividades em torno do patrimônio, por intermédio dos governos estaduais e, principalmente, dos municipais.

Uma das políticas públicas para o patrimônio essenciais para que o museólogo possa atuar como agente cultural em Minas Gerais é a do ICMS, que está sob os cuidados do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG) que serve de referência no diálogo primordial com as instâncias municipais e federais, perante o compromisso com o fomento, a preservação e a comunicação dos bens patrimoniais culturais mineiros. A entidade vem, ao longo de sua existência, auxiliando e promovendo ações fundamentais para o mapeamento e o fornecimento de indicadores acerca do patrimônio mineiro, buscando dar o devido incentivo às variadas manifestações, instituições, expressões e representações das culturas locais por meio do seu reconhecimento como herança cultural. Uma das abordagens utilizadas são o uso do mecanismo público que é o Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS) do Patrimônio Cultural. Essa política pública funciona mediante o processo de redistribuição da arrecadação do ICMS do estado para os municípios de forma integral para proteção do patrimônio cultural. (MINAS GERAIS, 2009)

Assim sendo, o ICMS apresenta-se como uma interessante presença do Estado na dinâmica patrimonial uma vez que o vetor de ação da esfera estadual e federal é deslocado para a municipal. Isso faz com que esse tipo de política pública gere ações de forma mais descentralizada e trabalhos com o campo do patrimônio mais próximos das pessoas e articulados com seus anseios.

A presença dos museólogos nos municípios mineiros pode corroborar na mediação das ações de compreensão da sociedade civil sobre a forma de funcionamento do ICMS do Patrimônio Cultural dentro da política pública municipal voltada para o patrimônio local, assim como com a participação da comunidade na construção de projetos de identificação, reconhecimento e salvaguarda, que irão ser submetidos a uma avaliação e pontuados de acordo com a avaliação do IEPHA. Só depois disso que os recursos serão disponibilizados para o município para que as ações de gestão, preservação e comunicação do bem cultural seja realizada. Essa relação pode ser estreitada, também, com a participação do museólogo como membro dos Conselhos de Gestão do Patrimônio Cultural Municipal e de Políticas Culturais, uma vez que são esses espaços públicos de debate que possuem a centralidade nas definições de diretrizes, avaliação e de atuação com o patrimônio público.

Dessa forma, ao se pensar no papel da Museologia e dos museólogos diante do patrimônio aplicado às cidades, como poderá ser pensada a participação do museólogo em cenários potenciais de descentralização do patrimônio para a efetiva preservação da memória e, logo, dos diferentes tipos de bens culturais?

Será por meio do estudo qualitativo com a participação de sete museólogos que atuam ou já atuaram em projetos de gestão do patrimônio cultural que envolvesse a musealização ou patrimonialização de bens culturais, que estará presente no próximo capítulo, momento que se investigou quais as estratégias e práticas de atuação utilizadas por estes profissionais, em quais localidades eles atuaram no estado de Minas Gerais, quais foram as suas percepções a respeito do conceito de musealização e de patrimonialização, da formação em Museologia, sobre a atuação profissional do museólogo para a promoção do patrimônio cultural e quais são as suas indicações teóricas e práticas/metológicas para os estudantes de Museologia que se interessam por este caminho de atuação *in loco* com o patrimônio cultural.

## **5 METODOLOGIA / PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

### **5.1 Análise de conteúdo**

A investigação de campo assumiu a natureza de uma pesquisa qualitativa. Após a fase de levantamento e de revisão da bibliografia, o projeto foi submetido à aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFMG, tendo sido aprovado no processo CAAE n. 56226222.0.0000.5149. A metodologia de pesquisa envolveu a criação de instrumentos de coleta de dados de pesquisa – roteiro de entrevista semiestruturada com dezesseis questões a respeito das práticas e experiências de atuação dos participantes (museólogos registrados em qualquer Conselho Regional de Museologia - COREM) em projetos de gestão do patrimônio cultural que envolveram ações de musealização ou de patrimonialização, e dos termos de consentimento livre e esclarecido para abordagem dos participantes.

A técnica para seleção dos participantes foi a da bola de neve: depois de identificado do primeiro, os demais foram indicados pelos próprios participantes da pesquisa, procedimento adequado especialmente para pesquisas qualitativas, quando a identificação e acesso aos participantes da pesquisa são difíceis (BOCKORNI; GOMES, 2021). Foram realizadas sete entrevistas entre os meses de abril e maio de 2022, com profissionais museólogos, que atuam ou já atuaram na gestão do patrimônio cultural, como agentes culturais em projetos de musealização ou patrimonialização de bens culturais ocorridos em Minas Gerais.

A técnica de análise dos dados da entrevista foi a da análise de conteúdo, fundamentada em Bardin (SOUSA; SANTOS, 2020): foi realizada a leitura flutuante das transcrições das entrevistas que, relacionadas aos referenciais teóricos estudados e objetivos da pesquisa, levou à formulação das seguintes categorias de análise: percepções dos profissionais sobre os conceitos de musealização e patrimonialização; opiniões e percepções sobre a formação e preparo dos museólogos para atuarem nesse cenário; caracterização dos projetos de musealização e patrimonialização envolvidos na atuação dos profissionais, e dificuldades de captação de recursos para os mesmos. Tais categorias guiaram a interpretação dos resultados da pesquisa, apresentados a seguir.

## **5.2 Apresentações dos dados**

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas individuais com roteiro de dezesseis perguntas, aplicadas no formato de entrevista semiestruturada.

As entrevistas foram gravadas em data e horário estipulado previamente na plataforma Microsoft Teams, no mês de maio de 2022, com os consentimentos de todos os sete profissionais museólogos participantes e tiveram em torno de 35 minutos de duração. As gravações foram transcritas e, imediatamente, analisadas.

Por se tratar de um estudo que visa compreender a atuação de cada profissional participante deste estudo, foi elaborado um roteiro de perguntas semiestruturadas que pudesse analisar as seguintes categoriais: perfil, formação, atuação profissional, percepções a respeito do conceito de musealização e patrimonialização, compreensão das aproximações ou diferenças entre a musealização e a patrimonialização, atuação profissional em projetos de gestão do patrimônio cultural, indicações de referências teóricas e práticas para estudantes de Museologia que tenham interesse em atuar com projetos de gestão do patrimônio cultural e o relato final a respeito da contribuição do profissional museólogo para a promoção e o desenvolvimento do patrimônio cultural mineiro.

## **5.3 Perfis dos participantes**

No quesito perfil, é interessante destacar que foram quatro participantes mulheres e três participantes homens. Sendo que, três mulheres declararam que se identificam como mulher cis-branca e uma como mulher cis-parda.

Houve dois homens que se identificaram como homens-cis branco e um participante, homem negro, disse que não possui tal definição. Nenhum dos participantes participa de algum grupo ou coletivo de afirmação de identidade racial. Nesse quesito, houve alguns momentos de dúvida por parte dos participantes, pois alguns sentiram dúvida se estava sendo questionada a sua “identidade de gênero” ou “identidade sexual”. O que denota, em um primeiro momento, um não conhecimento desses dois conceitos e, logo, a não participação de todos em grupos de identidade de afirmação de gênero, pergunta que também foi realizada.

O fator idade de todos os participantes esteve em uma faixa etária entre 28 e 38 anos de idade, tanto para os homens quanto para as mulheres, deixando apenas uma participante na faixa etária dos cinquenta anos de idade.

#### 5.4 Formações dos participantes – Graduação

Seis participantes são graduados em Museologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e apenas um deles é graduado em Museologia pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Por se tratar de uma pesquisa com técnica de pesquisa de bola de neve, não houve a participação de graduados por outros cursos de Museologia. Apenas um participante possui outro curso de graduação que não fosse a Museologia. Nesse caso, o participante relata que possui formação na área de saúde. Já os demais, possuem formação em Museologia, graduados entre 2014 e 2018.

Os dados coletados no tocante à formação revelam uma informação importante para essa pesquisa: são participantes que se formaram em duas universidades públicas de ensino que criaram o curso de Museologia há apenas dez anos, em decorrência do Decreto nº 6.096/2007, que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (BRASIL, 2007) popularmente conhecido como o Reuni, promovido pelo Ministério da Educação (MEC). Na UFOP, o curso de Museologia teve início em 2009 (UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, 2022), com a criação do Departamento de Museologia, na Escola de Direito, Turismo e Museologia (JULIÃO; GARCIA; SABINO, 2015). Na UFMG, o funcionamento do mesmo curso ocorreu a partir do ano de 2010, na Escola de Ciência da Informação.

Na UFOP, o curso de Museologia foi aprovado em 10 de agosto de 2008 (UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, 2022), com a criação do Departamento de Museologia, na Escola de Direito, Turismo e Museologia.

Na UFMG, o funcionamento do curso de Museologia foi a partir do ano de 2010, na Escola de Ciência da Informação (JULIÃO; GARCIA; SABINO, 2015).

Ambos os cursos surgiram por meio de uma organização de capacitação de profissionais que pudessem atender à demanda de proteção e salvaguarda do patrimônio cultural mineiro, uma vez que Minas Gerais é um dos estados brasileiros que tem o maior número de bens protegidos pelo IPHAN, sendo a terceira unidade da Federação que tem o maior número de museus (cerca de 320 instituições.) (JULIÃO; GARCIA; SABINO, 2015)

Segundo os autores,

É possível dizer que o descompasso entre a realidade museológica e a oferta de profissionais para atuarem na área agravou-se nos últimos. A década de

2000 trouxe mudanças substanciais para a Museologia brasileira, com a formulação de uma Política Nacional de Museus, a criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e a instituição no plano federal do Estatuto de Museus. Nessa nova conjuntura, vem crescendo significativamente o número de instituições museológicas em todo país, e Minas Gerais não é uma exceção. Alguns dados, apresentados por uma pesquisa desenvolvida pelo IBRAM (2011), mostram isso: entre 1981 e 1990 surgiram 36 novos museus no Estado; na década seguinte, de 1991 a 2000, mais 41 unidades, repetindo-se o mesmo número de novos museus no período de 2001 a 2009. (JULIÃO; GARCIA; SABINO, 2015, p. 3-4)

É importante explicar que estes dados são significativos, uma vez que os profissionais que atuam fora dos museus ainda são poucos e o próprio campo do patrimônio não se organizou para absorver essa mão de obra qualificada. A hipótese é que o volume patrimonial de Minas Gerais é tão relevante, que o estado possui um dos serviços de proteção mais fortes do país, somado ao maior número de intervenções ainda reforçado pelo ICMS do Patrimônio Cultural, gerando uma alta demanda por projetos de intervenção que poderiam empregar esses museólogos. Assim, questiona-se por que os profissionais do campo da Museologia não estão atuando junto ao patrimônio cultural não musealizado?

Assim, ao longo das próximas categorias, será visto a importância dos cursos de Museologia, de termos profissionais museólogos que se dedicam às demandas do setor e como o decorrer dos anos revela dados importantes a respeito da atuação dos profissionais museólogos em Minas Gerais.

### **5.5 Formações dos participantes – Pós-graduação**

Cinco dos sete participantes possuem formação em nível da especialização, em cursos *lato sensu* e *stricto sensu*. Quatro dos profissionais têm formação em cursos de pós-graduação *lato sensu*, a saber: em Gestão de Empreendimentos Culturais, Gestão do Patrimônio Histórico, Educação Ambiental e Políticas Públicas e Direitos Humanos. Apenas um tem formação em cursos de pós-graduação *strito sensu*, nas áreas de Ciência da Informação e História e o outro não possui aperfeiçoamento relacionado à sua atuação na área de Museologia ou do Patrimônio que, no caso, seria uma especialização *lato sensu* na área da saúde.

A formação destes profissionais em diferentes cursos de pós-graduação revela o interesse e a demanda pela capacitação à frente da atuação que cada participante desenvolveu ao longo do seu percurso profissional e que foi relatado nas experiências

de projetos de gestão de projetos de patrimonialização ou musealização de bens culturais.

A relação da pós-graduação com os percursos no campo patrimonial denota a necessidade de complementação dos conhecimentos da graduação. Em seguida, a escolha pelo fortalecimento da atuação especificamente no campo do patrimônio, com ênfase nos processos de gestão.

### **5.5 Atuações profissionais**

Todos os sete participantes possuem registro ativo no Conselho Regional de Museologia da 2ª região e atuam na área de Museologia e Patrimônio. As atuações profissionais são das mais distintas, desde a atuação como autônomo em empresa própria especializada em consultoria de Museologia e Patrimônio, como servidor público em Museu Público Municipal, como servidor público estadual em Órgão Público Estadual, como CLT em instituição museológica privada, como bolsista técnico federal em uma Instituição Científica Federal, como CLT em Museu Privado e como Docente Universitário por contrato em uma Universidade privada. As áreas temáticas desenvolvidas pelos participantes estão em torno da ciência e tecnologia, história, política e religião.

Cinco participantes residem em Belo Horizonte e um participante reside na cidade de Paracatu, em Minas Gerais. Todos estão atuando nas cidades em que residem. A carga horária desses profissionais é, em média, de quarenta horas semanais, sendo que dois participantes atuam por mais de 45 horas semanais como profissionais autônomos.

### **5.6 Percepções sobre a Musealização**

Como forma de investigar a atuação dos profissionais museólogos em projetos de gestão que envolvam a patrimonialização ou musealização de bens culturais, essa pesquisa visou compreender suas percepções sobre a composição teórica e prática de suas atividades relacionadas ao patrimônio cultural. Um dos pontos analisados foi a forma como eles percebem e operam o conceito de musealização.

No decorrer desse estudo, foi feita uma revisão bibliográfica que coloca em pauta uma discussão que questiona como o campo científico e prático pensa o conceito de musealização, e como os participantes percebem e utilizam esse conceito

ao longo de suas intervenções. Dentro dessa temática, discutiu-se a respeito da proposição de configurações dentro da Museologia, aplicada à interpretação, função e exposição de objetos que tenham valor histórico, científico, cultural, artístico, e como acontece a operacionalização desses valores por meio de ações específicas. Algumas palavras-chave foram recorrentes nas entrevistas que ajudaram a refletir sobre o termo musealizar como um conceito: gerir, ressignificar, transformar, identificar e tornar um objeto que tenha um valor e submetê-lo a processos de intervenção que envolvam a preservação, a exposição e a comunicação que fazem parte da Museologia.

Conforme afirma o participante 1, “a musealização é o ato de tornar uma coisa, um objeto, um assunto, um tema disponível. Levar esse conjunto de coisas, de temas, de objetos para dentro de um espaço, seja ele virtual ou físico, e transformar em público dentro de uma narrativa construída.”

O participante 5 afirma que:

Olha, eu tenho compreendido bastante como um processo mesmo, a musealização em si. Eu acho que ela tem um início a partir de um objeto, um objeto assim que eu digo, de trabalho, né? Seja ele, um objeto material, nesse caso um edifício. Ele é retirado de seu contexto original e tem reconhecido o seu valor museológico. Eu enxergo como um processo mesmo, né? De atribuição desse valor, que vai passar pelas premissas na Museologia, que tem que ser a pesquisa, a salvaguarda e a divulgação até que ele chegue no objetivo final, que eu compreendo, que é essa ressonância junto ao público, né? Que aquele objeto, aquele edifício, este objeto estão passando pelo processo de musealização, ele atinge, ao final dessa tentativa, ou desse ciclo que é que sempre se renova, que conseguiu atingir de fato a comunidade envolvida, o público.

Já o participante 7, que possui uma compreensão mais alargada da prática,

A musealização, na minha percepção, como museólogo e hoje também como professor da Museologia, ela é um pouco além do que o mercado de trabalho entende. Então é um processo de ressignificação das coleções, dos objetos ou do bem a ser entendido quanto musealizado. A atribuição do significado, não só a ressignificação, mas também a incorporação de novos significados, de novos valores e a sua comunicação, e aí sim, enquanto um bem cultural, de forma sucinta.

Observamos que as noções e percepções do conceito musealização e as formas de operacionalizá-lo coincidem entre os participantes, que o entendem como um mecanismo legítimo e diferenciado no tratamento da informação e da gestão do bem cultural a ser reconhecido e inserido em um ambiente museal, mas que não foram citados de forma tão clara o seu uso em ambientes fora do espaço tradicional do museu mesmo que indiretamente tenha sido citado pelos participantes.

Isso, portanto, promove a reflexão a respeito de outro conceito que pode estar envolvido nesse campo de trabalho em torno da salvaguarda das chamadas heranças culturais que é a patrimonialização. (BRUNO, 2010)

### **5.7 Percepções sobre a Patrimonialização**

A patrimonialização é entendida pelos participantes como um ato público e com fins jurídicos que irão resguardar o bem cultural em foco. De acordo com os participantes, a patrimonialização está relacionada com as seguintes palavras-chave: reconhecimento comunitário, apropriação, procedimento legal, atribuição de valor, bem edificado, material, imaterial entre outras.

Segundo o participante 4:

A patrimonialização, eu acho que ela pode impulsionar a musealização, mas elas não são a mesma coisa. A patrimonialização, eu vejo mais como um procedimento legal mesmo, né? Nos termos de algo ser tombado, ser reconhecido como patrimônio, não necessariamente só pelos órgãos governamentais, como o IEPHA/IPHAN ou diretorias de patrimônio, mas o reconhecimento também que é ali da sociedade civil. Acho que é atribuir valor a um objeto, a uma edificação, um reconhecimento mesmo histórico, cultural, social, um valor ali patrimonial.

Já para o participante 5:

A patrimonialização já tem um sentido mais amplo do que a musealização... Ali eu já trago outros sentidos. O que tá passível de ser patrimonializado hoje? Tudo aquilo que tem que ter ficado com homem. Se ele atribuir valor, então eu posso patrimonializar aquilo. E existem vários tipos de patrimônio: patrimônio natural, patrimônio cultural, histórico. Então, é um termo muito mais amplo do que a musealização e fere muito mais aquilo que o homem tá dando valor, a partir de vestígios. E quando eu associo... eu não, a gente entende, né? A associar o patrimônio, muito mais com a questão do monumento do que a imaterialidade. E aí pega também a imaterialidade, tentando abrir ainda mais esse leque do patrimônio, que que é patrimonialização é tudo que envolve uma ação humana.

As percepções dos participantes no que diz respeito ao ato de reconhecimento e do valor de um determinado bem cultural coloca em pauta a questão de como tal intervenção vem sendo realizada pelos profissionais de museus e do campo do patrimônio, uma vez que foi citada a importância e a necessidade de ser configurada a participação popular em processos de reconhecimento das características culturais, sociais, científicas, históricas, entre outras que estão presentes em um bem ou expressão cultural.

Dessa forma, as estratégias de musealização são reconhecidas pelo potencial de auxiliarem as ações de patrimonialização, uma vez que é por meio do trabalho de reconhecimento e de guarda do patrimônio que se pode produzir o alargamento da

identificação, da mediação e da ação humana em destaque, conforme afirmou o participante 4.

Para que tais ações sejam incrementadas, os participantes relataram as suas compreensões sobre as diferenças ou aproximações entre a musealização e a patrimonialização. Os registros das entrevistas identificaram que, no geral, há convergência entre a visão dos participantes e a hipótese levantada pela pesquisa, onde se aponta a presença de diferenças relacionadas ao ato de patrimonializar como se configurando em um formato tradicional do recurso à seguridade legal do bem cultural, enquanto a musealização busca trazer para o bem uma perspectiva que possa ser de fruição, mediação e uso do patrimônio como fator de comunicação, preservação e exposição.

### **5.8 Percepções a respeito das diferenças ou aproximações entre a musealização e a patrimonialização**

De acordo com a revisão bibliográfica realizada neste estudo, foi possível observar o percurso conceitual, teórico e prático que está presente nas ações de musealização e patrimonialização, principalmente no Brasil. Com isso, foi perguntado aos participantes quais eram as suas percepções quanto às diferenças, aproximações e semelhanças entre esses dois conceitos. A fala do participante 1 um apresentou pontos importantes de serem destacados, quanto à apropriação do bem cultural que está em processo de reconhecimento por meio da musealização ou da patrimonialização. Os diferentes métodos presentes em tais ações colocam a necessidade de que os profissionais de museus e do patrimônio estejam em contato constante com a comunidade para que aconteça, de fato, a valorização e a salvaguarda do patrimônio. O participante 2 alarga a discussão com a seguinte reflexão:

Sim, existem algumas diferenças. Eu penso muito mais na musealização como uma ação e a patrimonialização, mais como ato legal. Eu penso na patrimonialização mais focada no ponto legal, de isso estar tombado e estar escrito em algum livro de tombamento, e ser um patrimônio na parte mais legal. E a musealização enquanto ação de um profissional de museus, da Museologia sobre algum aspecto, sobre algumas questões, até mesmo sobre algum objeto. Eu não entendo a musealização muito como criação de museus, eu acho que isso já teria mais uma carga de gestão e criação e planejamento... e criação.

Na percepção da participante 5, existem diferenças e semelhanças:

Sim, diferenças e semelhanças, né? Eu costumo até falar que, por exemplo, todo bem musealizado, ele é patrimonializado, mas nem todo bem patrimonializado, ele é musealizado. Embora tenha umas novas perspectivas

que abrangem a questão de acervos expandidos, né? O monumento enquanto objeto musealizado, mas ainda assim a musealização passa por um processo axial de reconhecimento de um objeto enquanto documento, estudo. E a patrimonialização, na minha perspectiva, passa mais por essa premissa da apropriação porque não tem como existir patrimônio sem essa apropriação comunitária, né? Na questão de uma memória coletiva sobre algo.

A fala do participante apresenta pontos importantes de serem destacados quanto à apropriação do bem cultural que está em processo de reconhecimento, seja pela musealização ou pela patrimonialização. Os diferentes métodos que estão presentes em tais ações colocam os profissionais de museus e do patrimônio em contato constante com a comunidade para que aconteça, de fato, a valorização e a salvaguarda do patrimônio.

Algo que é colocado pelo participante 2, refere-se à mudança na situação legal do bem cultural. A patrimonialização, ao ser interpretada por outros participantes, também é apresentada como processo em que o bem cultural institucionaliza-se e torna-se um item a ser preservado por força da lei e com o aval do poder público. São instituições como o IPHAN, em nível nacional, as Diretorias e Conselhos de Patrimônio Cultural, em nível municipal, e o IEPHA, em Minas Gerais, em nível estadual, que estão a cargo da proteção jurídica e legal das diferentes formas e expressões culturais que se configuram como patrimônio cultural material e imaterial. Além disso, é possível pensar na diferença de atuação dos profissionais do patrimônio e dos museólogos, uma vez que, de acordo com o participante da pesquisa, a atuação dos primeiros ocorre mais pela classificação do patrimônio e a sua salvaguarda por via dos instrumentos legais do patrimônio e do controle da conservação, ao passo que os museólogos priorizam a gestão e a produção de significados como mecanismos de valorização que desagua na preservação. Esses processos, centrais para os museólogos, podem ser ancilares para muitos profissionais do patrimônio; algum dos quais os entendem como um tipo de “educação patrimonial” que não tem efeito prático algum. Logo, o participante propõe que criar valor e gerir o patrimônio cultural é o ponto chave que diferencia a atuação dos diferentes profissionais envolvidos com o patrimônio.

A musealização pode ser entendida como um método que irá corroborar para a defesa do bem cultural. O ato de musealizar pode ser entendido, também, como algo que pode estar em contato com a comunidade e que vai além dos processos de

gestão de museus que envolvem a criação e a devida institucionalização de um espaço museal.

Para o participante 6,

Eu vejo aproximações. Eu não saberia dizer se a musealização está indo contra. Contra, no sentido assim, ela... A musealização não tangencia a patrimonialização. Eu acho que tá o tempo inteiro, uma seguindo ao lado da outra, embora a musealização ainda seja um pouco mais restrita do que a patrimonialização. O curso de Museologia deveria ser chamado de patrimonialização. Um texto que a gente chegou a ler, que fala sobre isso, que a Museologia está em processo e eu acho que está em processo para poder chegar nessa essa abrangência do que é falar sobre patrimônio.

A observação feita pelo participante coloca a necessidade de se repensar o curso de Museologia enquanto disciplina que atua em prol do patrimônio. A musealização pode ser considerada um caminho para que a Museologia possa se aproximar das instâncias oficiais de proteção do patrimônio cultural e de propor diálogos e ações que visem promover a salvaguarda integral dos bens culturais, a mediação de conflitos e os interesses da sociedade quanto aos usos dos bens culturais, e a inserção do bem em diferentes áreas da vida social. A proposta coloca em perspectiva o conceito do Fato Museal, cunhado pela museóloga Waldisa Russio como um caminho para uma interlocução entre a sociedade, o poder público e os bens culturais, por meio do uso da musealização em consonância com a patrimonialização.

O conceito do Fato Museal<sup>3</sup> é abordado pela museóloga Waldisa Russio como um caminho para uma interlocução entre a sociedade, o poder público e os bens culturais por meio do uso da musealização em consonância com a patrimonialização.

No próximo tópico serão vistas as diferentes metodologias e práticas de atuação dos participantes em projetos de musealização ou patrimonialização em Minas Gerais que reforçam a importância dos museólogos e demais profissionais de museus e do patrimônio na gestão salvaguarda dos bens culturais.

### **5.9 Participações em projetos mais significativos de gestão do patrimônio cultural em Minas Gerais**

Ao ser perguntado para os participantes se já atuaram em projetos de musealização ou patrimonialização de bens culturais, o objetivo da pergunta foi analisar em quais localidades, tipos de projeto e modalidades de equipe de trabalho atuaram; se houve captação de recursos, qual foi a modalidade do incentivo destinada

---

3 Rever conceito trabalhado no capítulo 3.

ao projeto, as metodologias e referências do campo teórico e prático da museologia empregadas, e as técnicas vinda de fora do campo museal que teriam sido utilizadas pelos profissionais em seu percurso como agentes culturais do patrimônio em Minas Gerais. Tais questionamentos são importantes para que se possa verificar de onde estão surgindo as demandas de intervenção no patrimônio por parte das comunidades ou por representantes do poder público.

No quadro abaixo, poderá ser visto a atuação dos participantes em projetos de gestão do patrimônio cultural em diferentes cidades do estado de Minas Gerais, através do qual é possível refletir a respeito das diferentes localidades nas quais os museólogos estiveram presentes e que outros também poderão estar à frente de trabalhos relacionados aos bens culturais.

**Quadro 1:** Projeto mais significado que já atuou em gestão do patrimônio cultural

| Participantes  | Cidades mineiras que já atuou como museólogo                     | Projeto mais significativo que já atuou                                                                                         | Duração             |
|----------------|------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|
| Participante 1 | - Belo Horizonte, entre outras.                                  | Membro do Conselho Gestor de um conjunto Paisagístico e Arquitetônico edificado em processo de patrimonialização e musealização | 6 meses a 1 ano     |
| Participante 2 | - Belo Horizonte;<br>- Ouro Preto;<br>- Belo Vale entre outras.  | Musealização de uma instituição religiosa como um Museu de Território                                                           | 1 ano               |
| Participante 3 | - Paracatu.                                                      | Documentação museológica: catalogação e recuperação da informação do acervo museal de um Museu Histórico Público Municipal      | 1 ano e meio.       |
| Participante 4 | - Belo Horizonte.                                                | Musealização e a Gestão de um patrimônio edificado que se tornará um Museu-Memorial Público de Memória Traumática               | 2019 - Em andamento |
| Participante 5 | - Belo Horizonte;<br>- Belo Vale;<br>- Sabará;<br>- Santa Luzia; | Memorial-Museu religioso que atende a uma instância religiosa. Projeto de Gestão de Restauro de um Bem Cultural Móvel Sacro.    | 1 ano.              |

|                |                                                                                |                                                                                                                                                                        |                      |
|----------------|--------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|
|                | - Caeté;<br>- Pedro Leopoldo.                                                  |                                                                                                                                                                        |                      |
| Participante 6 | - Belo Horizonte.                                                              | Gestão museológica do patrimônio institucional de uma instituição de ensino, ciência e tecnologia: documentação museal, conservação e preservação de acervo científico | 2019 – Em andamento. |
| Participante 7 | - Visconde do Rio Branco;<br>- São Gonçalo do Rio Abaixo;<br>- Belo Horizonte. | Gestão Museológica e da Informação: novas exposições, documentação museológica e documentação burocrática da Museologia de um Museu Municipal                          | 2011-2014            |

Fonte: elaborado pelo autor

Com relação às cidades mineiras em que atuaram com projetos de gestão do patrimônio, os participantes 1, 2, 3, 5 e 6 afirmaram que estiverem presentes em municípios da região central do Estado, como Belo Horizonte, Ouro Preto, Sabará, Santa Luzia, Caeté e Pedro Leopoldo. Já os participantes 4 e 7 estiveram atuando na Zona da Mata e Triângulo

Mineiro, em cidades como Paracatu, Visconde do Rio Branco e São Gonçalo do Rio Abaixo. É importante destacar que essas são áreas do estado de Minas Gerais que possuem relevância e boa pontuação do ICMS do Patrimônio Cultural. De acordo com o Ministério Público do Estado de Minas Gerais (2022), por meio da Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico (CPPC), cada município possui um curador dos interesses difusos para, justamente, acompanhar e atuar de forma preventiva ou punitiva na preservação do patrimônio cultural.

No que diz respeito a esses projetos, foi questionado em qual deles os participantes julgaram mais significativos para o seu percurso profissional. Houve respostas sobre a participação como membro do comitê gestor de um conjunto patrimonial edificado estadual; na documentação museológica de bens culturais já musealizados que necessitavam da gestão da informação para que, enfim, pudessem ser expostos e estar em pleno processo de salvaguarda; na musealização de um

território para a concepção de um museu-território com temática religiosa; na musealização e na gestão de uma edificação histórica com temática em torno de memórias traumáticas para a concepção de um memorial.

Em média, a duração de todos os projetos foi em torno de um ano, uma vez que são iniciativas com duração restrita mediante os recursos disponíveis para a ação.

Os participantes informaram que estiverem presentes nas ações profissionais como membros ou juntos a membros da equipe de trabalho dos mais variados campos de atuação, como Museologia, História, Arquitetura e Urbanismo, Biblioteconomia e Arquivologia. Foi apontada, por todos os participantes, a importância da presença de profissionais dessas áreas nas equipes interdisciplinares, ao longo de toda realização do projeto mais significativo citado por cada um.

**Quadro 2:** Equipe participante e faltante nos projetos

| Participante   | Equipe                                                                                                                                         | Visão de Equipe faltante                                                                   |
|----------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------|
| Participante 1 | - Arquitetos, Historiadores e membros da sociedade civil.                                                                                      | - Museólogos e Antropólogos.                                                               |
| Participante 2 | - Professores e alunos do curso de Museologia;<br>- Historiadores.                                                                             | - Conservadores e Restauradores de Bens Culturais Móveis e Arquitetos.                     |
| Participante 3 | - Museólogo,<br>- Auxiliares - Administrativos;<br>- Pedagogos,<br>- Técnicos em Mineração.                                                    | - Historiador.                                                                             |
| Participante 4 | - Museólogo;<br>- Historiadores;<br>- Professores;<br>Universitários de áreas da Museologia, Direito, Arquitetura, Arqueologia e Antropologia. | - Conservador e Restaurador de Bens Culturais Móveis.                                      |
| Participante 5 | - Museóloga;<br>- Historiador;<br>- Conservador Restaurador de Bens Culturais Móveis;                                                          | - Educador;<br>- Cientista Social e demais profissionais das Ciências Humanas e Aplicadas. |

|                |                                                                                                                      |                                                                                                                       |
|----------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                | - Economista e Gestora Cultural,<br>- Comunidade local.                                                              |                                                                                                                       |
| Participante 6 | - Museólogo;<br>- Historiador;<br>- Arquivista.                                                                      | - Pedagogo;<br>- Conservador e Restaurador de Bens - Culturais Móveis;<br>- Profissional de Tecnologia da Informação. |
| Participante 7 | - Museólogo;<br>- Bibliotecário;<br>- Secretário Administrativo;<br>- Historiadores;<br>- Geógrafo;<br>- Arqueólogo. | - Conservador e Restaurador de Bens Culturais Móveis.                                                                 |

Fonte: elaborado pelo autor

Mas, os participantes também citaram a falta, em muito dos projetos que atuaram, de profissionais da área de conservação-restauração de bens móveis, Pedagogia e de outras correlatas dos ramos das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Percebe-se que os museólogos entendem a importância de uma equipe interdisciplinar para que haja um trabalho integrado em torno do patrimônio cultural.

As etapas de concepção e realização dos projetos auxiliam o leitor a compreender a sistematização necessária para um trabalho integrado com o patrimônio, é o que se pode ver no quadro a seguir:

### Quadro 3: Etapas de realização dos projetos

| Participante   | Etapas de realização do projeto                                                                                                                                                                                                                                    |
|----------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Participante 1 | - Reuniões e registros fotográficos <i>in loco</i> , leitura de textos da área de Arquitetura, discussão, e votação para ações a serem tomadas.                                                                                                                    |
| Participante 2 | - Diagnóstico museológico;<br>- Extroversão por meio do produto, mapa conceitual com a identificação de todas as igrejas localizadas no território em análise, com algumas curiosidades como o período e estilo artístico e arquitetônico, ano de construção, etc. |
| Participante 3 | - Estudo de viabilidade;                                                                                                                                                                                                                                           |

|                |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
|----------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Diagnóstico do acervo museológico;</li> <li>- Treinamento da equipe do museu para a execução do projeto;</li> <li>- Registro fotográfico do acervo;</li> <li>- Catalogação das peças.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| Participante 4 | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Diagnóstico museológico;</li> <li>- Planejamento e implementação de um plano de ações que consiste em criar uma comissão de avaliação do projeto museológico e, em seguida, contratação de um projeto museográfico e executivo;</li> <li>- Contratação dos projetos executivos, de restauração, reforma e requalificação do edifício;</li> <li>- Contratação de pessoal: engenharia, arquitetura, restauradores para materializar essa proposta de musealização;</li> <li>- Inauguração do memorial para o grande público.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|                | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Demanda/sinalização de alguma peça que precisa de intervenção por parte da instituição religiosa;</li> <li>- Deslocamento da equipe técnica ao local indicado;</li> <li>- Análise da equipe de alguns pontos primares: exposição, documentação histórica, ambiente construído que está inserido;</li> <li>- Emissão de parecer de todos os técnicos do estado do objeto, edificações, etc;</li> <li>- Análise de recursos e verbas a serem destinadas ao bem cultural;</li> <li>- Caso seja recurso próprio, a instituição trabalha com abertura de concorrência, para pelo menos três orçamentos de empresas que já têm jurisprudência, técnica, nome, expertise;</li> <li>- Se for licitação, por meio de verba pública, com todas as questões transparências públicas também. Mas durante a execução da assinatura do contrato até a entrega da peça, a equipe técnica acompanha e fiscaliza todas as intervenções.</li> </ul> |
| Participante 6 | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Diagnóstico de acervo museológico;</li> <li>- Higienização/Conservação Preventiva de acervo;</li> <li>- Catalogação, arrolamento e o acondicionamento e controle técnico ambiental do ambiente.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| Participante 7 | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Diagnóstico de acervo museológico;</li> <li>- Elaboração de projeto, recebimento do recurso, elaboração de um cronograma físico e financeiro, recebimento do recurso e a execução do cronograma de trabalho que levou em consideração o levantamento informacional, o levantamento de fonte, depois a organização, a compra de suprimentos, a entrega do relatório, e o processo de alimentação do banco de dados.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |

Fonte: elaborado pelo autor

Perguntados sobre os processos específicos da Museologia empregadas nesses trabalhos/projetos mais relevantes, os participantes apontaram: diagnóstico museológico, diagnóstico de acervo museológico, documentação museológica, a própria musealização e suas diferentes técnicas de reconhecimento e de institucionalização do bem cultural, conservação preventiva de acervos museológicos e gestão de museus.

**Quadro 4:** Técnicas e referências utilizadas da Museologia

| <b>Participantes</b> | <b>Técnicas e referências utilizadas da Museologia</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
|----------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Participante 1       | - Referencial teórico: José Reginaldo Lopes e Waldisa Rússio Guarnieri.                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| Participante 2       | - Diagnóstico museológico e técnicas de gestão museológica para museus de território baseadas na obra de Georges Henri Rivière.                                                                                                                                                                                                                   |
| Participante 3       | - Documentação museológica;<br>- Musealização;<br>- Conservação preventiva de acervos museológicos.                                                                                                                                                                                                                                               |
| Participante 4       | - Diretrizes da Sociomuseologia;<br>- Guias do IBRAM para Plano Museológico, Gestão de Museus;<br>- Projetos de referências de criação de memoriais com temas que envolvam Memórias Traumáticas por meio da leitura de projetos da museóloga Crisitna Bruno.                                                                                      |
| Participante 5       | - Reconhecimento da peça e do seu estado de conservação;<br>- Laudo do estado de conservação;<br>- Embalagem da peça, acondicionamento adequado e o transporte consciente, para entrega da peça no ateliê de restauro;<br>- Relatórios de acompanhamento do projeto.                                                                              |
| Participante 6       | - Catalogação de acervo técnico científico – Manual do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST);<br>- Thesaurus para acervos museológicos por Helena Dodd Ferrez e Maria Helena S. Bianchini;<br>- Manual de documentação de acervos museológicos do Museu da Vida;<br>- Manual interno de documentação museológica da instituição em análise. |
| Participante 7       | - Documentação museológica-gestão de acervo documentação burocrática da Museologia;<br>- As políticas, elaborações de documentos, de termos, o acondicionamento do acervo, higienização mecânica, inventarianção, marcação dos objetos e o manuseio de peças, bloco de relação do museólogo;<br>- Pesquisa Histórica em Museus.                   |

Fonte: elaborado pelo autor

O diagnóstico museológico ou de acervo museológico serve como técnicas importante de reconhecimento da situação integral de um bem cultural que possui vocação patrimonial ou museal em um contexto de fruição, preservação, comunicação e mediação por parte da sociedade ou da atual situação da instituição perante as normas técnicas de gestão. Ao se fazer um estudo especializado das características de um objeto com aspectos materiais relevantes para a história, a ciência, a arte, a

Antropologia dentre outros, ou de uma expressão artística, uma dança, música e outras manifestações da cultura popular, a Museologia pode estar presente como uma mediadora dos interesses e da construção de possibilidades que irão manter as diferentes formas em que a cultura materializa-se ou faz-se de forma imaterial, para que se mantivesse viva e reafirmasse a identidade cultural.

A documentação museológica também tem como função ser um instrumento de organização da informação sobre coleções museais. Por meio do uso de sistemas de gerenciamento de dados, que podem ser criados por base de dados ou *softwares* especializados, pode-se promover o acesso ao conhecimento associado às diferentes manifestações do patrimônio cultural.

O museólogo cumpre a função social de ser o mediador responsável por apresentar à comunidade, ao poder público e a todos os interessados, o modo de se trabalhar com a memória, a cultura, a história e a identidade por meio do tratamento e da gestão da informação. Ao fazê-lo, ele pode fazer aflorar novos significados nos itens contemplados, o sentimento de pertencimento entre os membros da comunidade, e o desenvolvimento cultural, econômico e social na localidade, de acordo com os interesses sociais de expansão de uma cidade por meio do turismo, criação de empregos, fortalecimento da educação local em parcerias com as escolas, associações de bairro, ONGs, etc. O museólogo pode ser, portanto, um agente que busca solucionar demandas para museus ou para ações patrimoniais a serem desenvolvidas *in loco*.

A elaboração, o desenvolvimento e a realização de planos como o museológico, podem reunir, de forma estratégica, como gerir, de forma sustentável, um museu ou o patrimônio cultural de acordo com a realidade situacional de cada bem cultural ou instituição.

Como referencial bibliográfico, teórico e prático foram mencionadas algumas reflexões propostas pelos autores José Reginaldo Lopes, Georges Henri Rivière, Manuelina Duarte Cândido e, principalmente as museólogas, Waldisa Rússio, Marília Xavier Cury e Cristina Bruno. Por meio dos referenciais teóricos acima citados, pode-se levantar a hipótese que o perfil de atuação dos profissionais museólogos gira em torno do trabalho de gestão e de documentação museológica, uma vez que as escolhas de três teóricos fundamentaram, conceitualmente, o que é a musealização e a sua relação com a sociedade, e as outras três, como Manuelina Duarte Cândido, Marília Xavier Cury e Cristina Bruno são prioritariamente intelectuais que pensam a

atuação pragmática dos museólogos nos processos de gestão. As teóricas Cândido e Cury escreveram manuais que ensinam processos de gestão. e que, a partir do uso de seus referenciais por parte dos participantes, podem estar relacionados com a formação da Museologia e que levanta a hipótese de que os profissionais buscam se especializar na área de gestão e documentação a partir dos cursos de especialização ou de mestrado e doutorado.

Os materiais utilizados pelos participantes foram os guias do IBRAM para planejamento e gestão de museus, além do plano museológico, *Diretrizes da Sociomuseologia*, obras de caráter pragmático que buscam orientar o trabalho dos museólogos pelo viés comunitário, colaborativo, participativo e inclusivo nas comunidades detentoras do patrimônio cultural.

Já acerca da documentação museológica, o participante 6 cita alguns materiais específicos para o trabalho com coleções científico-tecnológicas, como: *Catálogo de acervo técnico científico* – Manual do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), *Thesaurus para acervos museológicos* por Helena Dodd Ferrez e Maria Helena S. Bianchini, o *Manual de documentação de acervos museológicos do Museu da Vida* e o manual interno de documentação museológica da instituição em que está atuando.

Em relação às técnicas e práticas de atuação fora da Museologia que foram utilizadas pelos participantes, percebeu-se diferentes aplicações:

**Quadro 5:** Técnicas e referências utilizadas fora da Museologia

| Participantes  | Técnicas e referências utilizadas fora da Museologia                                                                                                                                                                                                            |
|----------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Participante 1 | - Textos do pesquisador e arquiteto, Flávio Carsalade.                                                                                                                                                                                                          |
| Participante 2 | - Estudos de análise arquitetônica e de análise da arte, tentando localizá-las no período Barroco, Rococó e no período Neoclássico.<br>- Referência principal da autora e pesquisadora Adalgisa Arantes Campos.                                                 |
| Participante 3 | - Recuperação e Gestão da informação;<br>- Sistemas de Informação por meio do Sistema TAINACAN;<br>- Informática aplicada;<br>- Fotografia.                                                                                                                     |
| Participante 4 | - Manual de Políticas públicas no Mercosul para memórias traumáticas;<br>- Miriam Hermeto, Rodrigo Pato, André Zaranquin, Emílio Peluso, referências em justiça de transição;<br>- Especialização em Direitos Humanos e Políticas Públicas;<br>- História Oral; |

|                |                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|----------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Mapeamento 3D da edificação em processo de musealização;</li> <li>- Técnicas e diagnóstico arqueológico do bem cultural edificado, dentre outras.</li> </ul>                                                                                                 |
| Participante 5 | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Códigos canônicos;</li> <li>- Cartas pastorais de recomendações de proteção ao patrimônio cultural e eclesiástico;</li> <li>- Conhecimentos populares;</li> <li>- Mediação e diálogos em torno de técnicas do campo da Pedagogia e da Psicologia.</li> </ul> |
| Participante 6 | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Gestão e preservação de acervos fotográficos pela ótica da Arquivologia;</li> <li>- Técnicas especializadas em preservação de acervos fotográficos da Casa de Oswald Cruz.</li> </ul>                                                                        |
| Participante 7 | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Técnicas arquivísticas para organização de arquivo histórico.</li> </ul>                                                                                                                                                                                     |

Fonte: elaborado pelo autor

Foram citadas o uso de estudos das áreas de Arquitetura e Urbanismo pelo participante 1, que, nesse caso, utilizou de textos e projetos de referência do professor universitário, pesquisador e arquiteto do patrimônio cultural, Flávio Carsalade.

No campo da História da Arte, o participante 2 menciona o estudo e análise arquitetônica de edificações e da arte, como forma de identificar os bens culturais edificados e sacros no período histórico, além do estilo artístico utilizado para sua concepção como o Barroco, Rococó e o Neoclássico. A referência principal utilizada pelo participante foi a autora e pesquisadora Adalgisa Arantes Campos, historiadora da arte.

O participante 3 destaca o uso de técnicas da área de Ciência da Informação, Sistemas e Tecnologia da Informação por meio da recuperação da informação e o uso do Sistema de Informação, TAINACAN para a documentação e digitalização de acervo museológico para o ambiente digital. Além disso, as técnicas de informática aplicada e de fotografia auxiliaram no desenvolvimento da ação.

O entendimento das políticas públicas e dos direitos humanos também se fizeram presentes no projeto em que o participante 4 atuou. O participante cita a importância do uso do *Manual de políticas públicas* no Mercosul para memórias traumáticas e a complementação de tal reflexão por meio de textos de autores como Miriam Hermeto, Rodrigo Pato, André Zaranquin, Emílio Peluso, referências em justiça de transição. Outras técnicas utilizadas vieram da História oral, da Arquitetura e da Engenharia, que se deram por meio do mapeamento 3D da edificação em processo

de musealização e das técnicas de identificação e de diagnóstico arqueológico de bem cultural edificado.

Em relação ao trabalho de mediação feito com a comunidade em que o bem cultural está inserido, o participante 5 menciona o uso dos Códigos canônicos, das Cartas pastorais de recomendações de proteção ao patrimônio cultural eclesiástico e a sensibilidade nas ações de mediação para que os saberes e conhecimentos populares pudessem ser resguardados e valorizados ao longo do processo de restauração da obra sacra. Tal ação foi permeada com base nos diálogos com o suporte de conhecimentos das áreas de Pedagogia e Psicologia.

Já o participante 6 utilizou manuais de gestão e preservação de acervos fotográficos pela ótica da Arquivologia, e de técnicas especializadas em preservação de acervos fotográficos da Casa de Oswaldo Cruz. Em consonância com tal referenciais teóricos e práticos, o participante 7 também utilizou as técnicas arquivísticas para organização do arquivo histórico no qual esteve envolvido ao longo da realização do projeto mencionado.

### **5.11 Participação Popular**

A Museologia Social ou a Nova Museologia, como já mencionado anteriormente nesta dissertação, vem desempenhando um papel importante no tocante à atuação do campo museológico em contato direto com as demandas sociais frente o trabalho nos museus e com o patrimônio cultural. Estudiosos como Mário Chagas (2018), Judite Primo (2018), Mário Moutinho (2009), Waldisa Rússio (BRUNO; ARAÚJO; COUTINHO, 2010), Cristina Bruno (2010) dentre outros teóricos vão abordar, nas suas obras, a função social dos museus e a relação dos museólogos e da Museologia nas ações de interlocução e de mediação nos trabalhos com a comunidade local detentora dos bens culturais.

O alargamento da noção de património, é a consequente redefinição de "objecto museológico", a ideia de participação da comunidade na definição e gestão das práticas museológicas, a museologia como factor de desenvolvimento, as questões de interdisciplinaridade, a utilização das "novas tecnologias" de informação e a museografia como meio autónomo de comunicação, são exemplos das questões decorrentes das práticas museológicas contemporâneas e fazem parte de uma crescente bibliografia especializada.(MOUTINHO, 2013, p.8)

Logo, a participação popular apresenta-se de suma importância para que os diferentes bens culturais possam estar em plena posse, uso e ocupação de sua comunidade detentora. Ao passo que, vê-se necessário, o pleno diálogo com os diferentes agentes envolvidos na cadeia do patrimônio cultural, o museólogo apresenta-se como um profissional estratégico no trabalho de musealização ou de patrimonialização.

Conforme já apurado perante a revisão bibliográfica nos capítulos anteriores, os museólogos possuem um percurso histórico e social no Brasil frente às ações de identificação, documentação, conservação, comunicação e fruição nos museus e com o patrimônio cultural. Por se tratar de um agente da memória, portanto da cultura, estes trabalhadores necessitam estar *in loco* na dinâmica em que se faz presente o patrimônio cultural, para que a mediação se faça sempre presente de acordo com as tomadas de decisões que cada bem cultural será destinado.

Os participantes foram questionados se houve a devida participação da comunidade em que estiveram envolvidos nos projetos citados. Após análise das respostas, notou-se que os profissionais compreenderam de forma unânime a necessidade da integral presença da sociedade nos processos de musealização e patrimonialização nos quais estiveram envolvidos.

Entretanto, foi possível perceber que questões burocráticas e institucionais que ainda se fazem presentes nos espaços museológicos são problemáticas e foram enfrentadas por todos eles ao longo da elaboração e execução dos projetos. Neste caso, foi ressaltado pelos participantes que a presença de cada um deles serviu como um elo mediador e propositor para solucionar tais situações em que a participação popular não aconteceu de forma integral conforme interesses e conflitos diversos citados que ocorreram ao longo de cada projeto.

A comunidade local, dependendo do tipo de projeto, pode estar envolvida integralmente por meio do uso de diferentes métodos por parte dos museólogos e os demais profissionais do campo do patrimônio cultural e dos museus. Um dos exemplos, é a presença da sociedade civil nos Conselhos Municipais ou Estaduais de Política Cultural ou do Patrimônio Cultural e Sistemas Estaduais de Museus, também já citados ao longo deste estudo.

Na capital mineira, faz-se presente o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte, subordinado à Secretaria Municipal de Cultura, foi “criado em 1984, pela lei municipal n. 3802/84, o CDPCM-BH é o órgão responsável pela

proteção do patrimônio cultural de Belo Horizonte.” (Prefeitura de Belo Horizonte, Site.).

Já em nível estadual, foi criado, em 2008, o Conselho Estadual do Patrimônio Cultural (CONEP) mediante a Lei n. 170, de 25 de janeiro de 2007. O Conselho é “composto por representantes da sociedade civil organizada e de órgãos e instituições públicas, reúne-se uma vez por mês, quando são analisados e deliberados os processos de inventário, tombamento, registro imaterial, registro documental e as propostas de intervenção nos conjuntos urbanos protegidos e em imóveis tombados.” (GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2020).

No caso do CONEP, compete ao órgão deliberativo, subordinado à Secretaria de Estado de Cultura, “deliberar sobre diretrizes, políticas e outras medidas correlatas à defesa e preservação do patrimônio cultural do Estado de Minas Gerais como, por exemplo, decidir sobre tombamentos e registros de bens culturais.” (IEPHA, 2020).

O participante 1 relata que, no projeto que esteve envolvido a participação da comunidade se deu por meio da sua participação e de outros pares em um conselho do patrimônio. A porcentagem de participantes foi de 50% da sociedade civil e 50% de representantes do poder público. Ao longo das reuniões para avaliação dos projetos de conservação e restauro e de requalificação do patrimônio cultural edificado, foi mencionado a importância do seu papel como mediador na aprovação das modificações arquitetônicas propostas para receber os novos usos do patrimônio cultural edificado que estava em pauta. Os membros do órgão deliberativo são os que tomam as decisões finais que irão delinear a destinação do bem cultural, mas de qualquer forma, o participante ressalta que, os integrantes da sociedade civil que não integram o corpo de conselheiros, podem participar das reuniões que devem ser abertas para todos aqueles que possuem interesse em acompanhar as deliberações de forma presencial ou virtual.

Do ponto de vista estratégico, no que se refere às políticas públicas para o patrimônio cultural, os conselhos podem servir como estrutura fundamental para o desenvolvimento ou a revisão de políticas de fomento, proteção e educação para o bem cultural. É uma oportunidade que a sociedade e os profissionais envolvidos no campo museológico ou patrimonial têm para fiscalizarem e serem, de fato, atuantes na vida pública e na comunidade perante os interesses, direitos e deveres que cabem aos cidadãos.

Como forma de contribuir para os debates que cabem aos devidos órgãos deliberativos, também cabe citar a necessidade de serem implementadas metodologias que sejam de fato efetivas para a identificação e o reconhecimento integral dos bens culturais. Os inventários participativos, grupos focais que envolvam o trabalho de história oral, projetos de educação patrimonial e museal, a elaboração de planos museológicos com o devido envolvimento da sociedade na construção dos programas e projetos que irão compor a gestão museológica ou patrimonial, são alguns exemplos de métodos que cabem aos profissionais do patrimônio e dos museus.

Tais formas de se entender e promover o patrimônio auxiliam e sensibilizam o poder público a participar e produzir dados quantitativos ou qualitativos para a devida compreensão da dinâmica social que está presente no município com o devido suporte existente em nível estadual e federal. Isto é, os agentes culturais que vivenciam o patrimônio, juntamente com a comunidade e utilizam dos métodos participativos aqui citados, corroboram para que a transferência de recursos via Governo do Estado e Federal para os municípios seja distribuída de forma equalitária e com garantias de que eles, depois de repartidos, tenham o devido impacto na vida das pessoas que usufruem dos bens culturais.

Em Minas Gerais, ainda se destaca o fato de ser um ente federativo que mais possui bens culturais reconhecidos e protegidos por meio dos processos de tombamentos pelo Poder Público nas três esferas: Federal, Estadual Municipal.

Segundo o Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG),

No país, o Estado tem a maior quantidade de bens culturais protegidos e de cidades turísticas reconhecidas pelo Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur). Quatro sítios históricos de Minas Gerais são considerados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) como Patrimônio Cultural da Humanidade: a cidade de Ouro Preto; o Santuário de Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas; o Centro Histórico de Diamantina e o Conjunto Arquitetônico Moderno da Pampulha, em Belo Horizonte. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2022)

Além disso, de acordo com dados levantados pela Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais (SECULT MG), a respeito do tombamento a nível municipal e estadual:

Minas Gerais já soma quase 6 mil bens culturais reconhecidos, presentes em todo o estado, entre materiais e imateriais (ICMS Patrimônio Cultural). Destes, 149 foram tombados pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha MG), com destaque a 11 núcleos históricos, 23 conjuntos paisagísticos e 7 bens registrados como patrimônio imaterial, sendo eles: artesanato em barro do Vale do Jequitinhonha: saberes,

ofício e expressões artísticas, as Folias de Minas, Comunidade dos Arturos, Comunidade Quilombola Manzo Ngunzo Kaiango, Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Chapada do Norte, Modo de fazer o queijo artesanal da região do Serro, Saberes, Linguagens e expressões musicais da viola em Minas Gerais. (CÂNDIDO, 2022)

Já em nível federal, a SECULT MG destaca os processos de tombamento e registro federal:

Quando falamos do patrimônio cultural material já reconhecidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan, 2019), Minas Gerais concentra 17% dos bens tombados no país, é o 2º estado brasileiro em proporção pelo Iphan. Já quando o assunto é o patrimônio imaterial, usamos o termo “registro” para indicar o seu reconhecimento. Podem ser considerados bens imateriais práticas importantes da identidade de grupos sociais ou indivíduos, normalmente transmitidos de geração a geração. Minas Gerais tem registrado 2 saberes tradicionais entre os 13 reconhecidos no país pelo Iphan. São nossos patrimônios imateriais: o ofício de sineiro, apontado como saber tradicional e meio de comunicação e identidade marcantes nas cidades de Ouro Preto, Mariana, Catas Altas, Congonhas do Campo, Diamantina, Sabará, Serro e Tiradentes e também o modo artesanal de fazer queijo de Minas, nas regiões do Serro, Serra da Canastra e do Salitre, como cultura e tradição dessas regiões. (CÂNDIDO, 2022)

Com isso, cabe aos profissionais atuantes nesse campo do conhecimento, serem, juntamente com a sociedade, vigilantes e disseminadores de informação, principalmente os museólogos que são, de fato, os devidos profissionais da informação. Isto é, possuem formação em identificação, organização, documentação, recuperação, mediação e gestão da informação e a produção do conhecimento de acordo com as especificidades já citadas nesse estudo na área do patrimônio cultural e dos museus. (ARAÚJO, 2013)

O participante 4 discorre a respeito do uso da História Oral como recurso participativo do projeto que esteve envolvido. Vejamos o que disse o participante:

Neste projeto foi de fundamental importância a participação popular. A forma que utilizamos para promover uma participação popular no projeto foi por meio da história oral. Foram 23 entrevistas naquele momento. A partir destes testemunhos e também de testemunhos coletados previamente pela Comissão da Verdade é que foi construída a proposta de percursos expositivos do projeto. Agora, para a implementação de fato do projeto, há a previsão de criação de uma comissão que contará com representantes da sociedade civil, em que será debatido o projeto executivo que materializará este novo Memorial. Com essa comissão, a pretensão é que a participação popular seja fortalecida.

Percebe-se, portanto, a necessidade de estudos, como esta dissertação, que analisa e organiza dados e contextos informacionais que possam servir como justificativa para a constante atuação do poder público no campo do patrimônio e dos museus, principalmente em cidades do interior do Brasil que em muito dos casos não possuem sequer Secretarias de Cultura, pois desconhecem de dados concretos que

revelam o valor econômico, social, turístico e cultural de desenvolvimento que estão presentes nos bens culturais e nas formas de uso, apropriação e fruição.

O papel dos museólogos como agentes culturais torna-se estruturante à luz da devida fiscalização, proposição e o compartilhamento dos dados quantitativos e qualitativos que foram recolhidos ao longo da execução de projetos de musealização ou patrimonialização de bens culturais.

### 5.12 Captação de recursos

De um modo geral, a captação de recursos é um desafio para os projetos culturais brasileiros. Os processos de incentivo à cultura, no país, passam por transformações e enfrentamentos constantes e morosos que colocam em risco a manutenção ou a perpetuação das políticas públicas de financiamento.

A Lei Federal de Incentivo à Cultura, Lei n. 8.313, de 23 de dezembro de 1991, popularmente conhecida como Lei Rouanet (BRASIL, 1991), é uma fonte de recurso frequentemente utilizada por agentes culturais. Resultante do Programa Nacional de Incentivo à Cultura (PRONAC), atualmente, esta normativa configura-se como uma Lei de Incentivo à Cultura, pela qual se aplica a dedução fiscal nos impostos a serem pagos por empresas em face do patrocínio aos mais variados tipos de projetos da área da cultura. Ao se lidar com este tipo de fonte de recursos financeiros, percebe-se que a Lei Rouanet permanece atuando como o principal apoio aos projetos, inclusive no tocante às ações de gestão do patrimônio cultural. Mas, segundo estudos especializados, ainda há um longo caminho a ser percorrido para a plena descentralização e a desburocratização do Estado brasileiro frente ao entendimento do próprio conceito de cultura, para que exista uma eficiência no investimento no setor cultural do país.

Os participantes relataram a dificuldade de terem acesso a mecanismos de incentivos e mencionaram quais foram os métodos que utilizaram para alcançarem o financiamento dos projetos em que atuaram.

**Quadro 6:** Captação de recursos

| Participante   | Captação de recursos                                   |
|----------------|--------------------------------------------------------|
| Participante 1 | Não houve por se tratar de um instrumento público.     |
| Participante 2 | Recursos próprios da instituição religiosa.            |
| Participante 3 | Recursos públicos próprios da instituição museológica. |

|                |                                                                                                                     |
|----------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Participante 4 | Emendas Parlamentares;<br><br>Edital do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos e Coletivos de Minas Gerais (FDID MG). |
| Participante 5 | Emendas parlamentares.                                                                                              |
| Participante 6 | Edital do Fundo dos Direitos Difusos do Ministério da Justiça e Segurança Pública.                                  |
| Participante 7 | Emenda Parlamentar.                                                                                                 |

Fonte: elaborado pelo autor

De acordo com os participantes 1,2 e 3 não houve captação de recursos para os projetos em que atuaram por se tratar de um financiamento das próprias instituições museológicas. Já para os participantes 5 e 7 foi relatado o uso de uma fonte de recurso que está presente no meio político e social que são as Emendas Parlamentares (MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, 2021), instrumento legal que autoriza vereadores, deputados estaduais e federais e senadores a destinarem parte do recurso público presente no orçamento de gabinete das autoridades públicas para investimento em projetos e ações de interesse público.

O participante 4 já cita um outro tipo de estratégia utilizada para captação de recursos do seu projeto de gestão do patrimônio cultural que foi a inserção da iniciativa no edital do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos e Coletivos de Minas Gerais (FDID MG). O FDID MG foi criado por meio da Lei n. 14086, de 06/12/2001 (MINAS GERAIS, 2001).

O participante 6 menciona o edital do FDID, porém, do Governo Federal por meio do Ministério da Justiça e Segurança Pública. É importante destacar que esses dois editais provenientes de Fundos Públicos são ferramentas estratégicas de fomento que estão presentes nas esferas públicas e que podem auxiliar museólogos nos trabalhos como agentes de cultura em diferentes cidades de Minas Gerais e do Brasil. São formas de alternar as práticas usuais de captação de recursos, que estão disponíveis para a promoção e o incentivo do patrimônio cultural.

Entretanto, é significativo dizer que tais possibilidades de fomento ainda são insuficientes mediante a dimensão territorial do nosso país de forma que é notório que os recursos públicos possuem diferença de divisão por parte dos entes da federação e que não alcançam de forma suficiente os diferentes tipos de projetos e comunidades.

O conjunto de projetos analisados representam a gama de possibilidades e os diferentes caminhos que os profissionais museólogos encontraram para que a gestão do patrimônio cultural fosse realizada de forma plena e concisa.

Para que fosse possível entender como esses profissionais reconhecem a potencialidade da Museologia e da sua atuação profissional, questionou-se, no próximo tópico, qual foi a percepção dos participantes a respeito da formação dos museólogos em gestão de projetos de musealização e patrimonialização de bens culturais.

### **5.13 Percepções a respeito da formação dos museólogos em gestão de projetos de musealização e patrimonialização de bens culturais**

Segundo o Conselho Federal de Museologia (COFEM, 2022), “para se tornar um Museólogo e exercer a profissão é essencial ter a graduação ou pós-graduação – Mestrado e Doutorado – em Museologia e ser registrado em um Conselho Regional de Museologia – COREM (BRASIL, 1984)”.

Ao todo, no Brasil, existem dezesseis cursos de graduação. Dois deles são oferecidos no estado da Bahia: um na Universidade Federal da Bahia (UFBA-Salvador) – na área de Filosofia e Ciências Humanas, e, o outro, na Universidade Federal do Recôncavo Bahiano (UFRB-Cachoeira) no Centro de Artes, Humanidades e Letras. Os demais, são oferecidos no Distrito Federal, na Universidade Federal de Brasília (UnB na Faculdade de Ciência da Informação. Em Goiás, na Universidade Federal de Goiás (UFG-Goiânia) na Faculdade de Ciências Sociais. No Pará, na Universidade Federal do Pará (UFPA-Belém) no Instituto de Ciências da Arte (ICA). No Paraná, na Universidade Estadual do Paraná (Unespar-Curitiba) na Escola de Música e Belas Artes. No Pernambuco, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE-Recife) no Departamento de Antropologia e Museologia. Na capital do Rio de Janeiro, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), no Centro de Ciências Humanas e Sociais - CCH / Escola de Museologia. No Rio Grande do Sul, na Universidade Federal de Pelotas (UFPeI), no Instituto de Ciências Humanas e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS-Porto Alegre) na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Em Santa Catarina, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFCS-Florianópolis) no Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Em Sergipe, na Universidade Federal de Sergipe (UFSE-Laranjeiras) e, em Minas Gerais, estado dos participantes desse estudo, Universidade Federal de Minas Gerais

(UFMG-Belo Horizonte) na Escola de Ciência da Informação (ECI) e na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP-MG) na Escola de Direito, Turismo e Museologia.

É importante destacar o fato de que, no Brasil, para se tornar museólogo também são reconhecidos os cursos de Mestrado e Doutorado e, para aqueles que buscam a revalidação do seu diploma, também é reconhecido os cursos de pós-graduação em Museologia que foram feitos no exterior, uma vez que em países da Europa e do Canadá, a formação em museologia só existe por meio de cursos de Mestrado e Doutorado.

No caso do Brasil, existem os cursos de Mestrado na UFBA através do programa de Pós-graduação em Museologia. PPGMuseus. Na UFPE, através do mestrado interinstitucional em Museologia e Patrimônio (MINTER). No Piauí, na Universidade Federal do Piauí (UFPI-Parnaíba), no programa de pós-graduação em Artes, Patrimônio e Museologia (PPGAPM-Mestrado Profissional). UNIRIO, no programa de pós-graduação em Museologia e Patrimônio. Na UFRGS, no programa de pós-graduação em Museologia e Patrimônio (PPGMUSPA) e, em São Paulo, na Universidade de São Paulo (USP) no programa de pós-graduação interunidades em Museologia.

A presença de todos esses cursos de Museologia no Brasil revela os diferentes tipos de locais e as abordagens teóricas e conceituais dos quais a formação dos museólogos estão separadas no país, visto que alguns cursos estão localizados nas faculdades de Artes, Ciências Sociais, Ciências Humanas e Ciência da Informação.

Na UFMG, o curso de Bacharelado em Museologia situa-se na Escola de Ciência da Informação em horário diurno. De acordo com a sua matriz curricular (UFMG, 2023), a formação está em dividida em oito períodos, com disciplinas obrigatórias de fundamentos da museologia e da ciência da informação, patrimônio cultural brasileiro, mineiro, moderno e contemporâneo, memória e patrimônio cultural, cultura e informação, informática aplicada à ciência da informação, documentação museológica, museografia I e II, exposição museográfica I e II, métodos e técnicas de pesquisa, arte e musealização I e II, conservação e museus I e II, arte e museus no Brasil, tipologia de museus, usuários da informação, museus digitais, função social dos museus, metodologia da pesquisa histórica em museus, gestão de unidades de informação, planejamento em unidades e sistemas de informação, competência informacional, vivência profissional A e B, dentre outras, além das disciplinas optativas e de formação livre que poderão ser cursadas na UFMG.

Na UFOP, o curso de bacharelado em Museologia é ofertado em horário noturno na Escola de Direito, Turismo e Museologia, e também está dividido em oito períodos, com disciplinas obrigatórias de introdução à museologia, políticas públicas na área de museologia, arquitetura de museus, organização de museus, introdução à filosofia, museologia e comunicação I e II, museologia e documentação, história do Brasil A e B, história da civilização A e B, museologia e educação, arqueologia e museus, museografia, expografia, museologia e turismo, museus no mundo contemporâneo, preservação e conservação de bens culturais I e II, preservação e gestão do patrimônio cultural I e II, paleografia e práticas em arquivos, museus e seus públicos, tecnologia da informação em centros documentais e culturais, elaboração e gestão de projetos culturais, gestão e administração de museus, exposição curricular, estágio curricular I e II, monografia de conclusão de curso, entre outras, além das disciplinas optativas e com formação livre que poderão ser cursadas na UFOP (UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, 2022).

Os participantes dessa pesquisa mencionaram que são formados em Museologia pela UFMG e pela UFOP. Nesse caso, questionou-se quais eram as percepções deles a respeito da formação do museólogo em projetos de gestão do patrimônio cultural.

Segundo o participante 1,

Forma, forma sim. Tranquilamente falo, ainda mais eu acho... É... depende muito da escola, da formação que o museólogo recebe, né? Depende de... você tem... Belo Horizonte tem um foco muito grande em gestão, mais uma gestão empresarial, mas as matérias ao longo da disciplina permitem esse ar.. mais ou menos assim dizer, menos gestor de espaço público, mais um gestor com um olhar mais humanizado, antropológico.

O participante 2 complementa, mas, questiona a sua formação,

(...) A gente tem uma carga horária de gestão muito grande, mas eu acho que não focada em patrimonialização e musealização. Eu acho que o aluno que quer se especializar, que quer ter algum... algum direcionamento para essa área, tende a procurar algumas disciplinas optativas ou até mesmo, como foi o meu caso, um curso complementar na área de gestão específica de equipamentos culturais, então acho que falta um pouco, na grade da Museologia, umas disciplinas como editais, leis específicas e até no, nos aspectos mais práticos da formação, né? Do gestor, pensando essa patrimonialização e musealização como questão de prazo, cronograma, orçamentação. Eu acho que isso é uma coisa que falta um pouco na grade da Museologia, mas para noções gerais e ter um direcionamento se é isso que você quer mesmo, o curso te atende, mais especificamente, não.

O participante 3 discorda completamente ao afirmar que não são preparados pela universidade para tal função e que também teve que ir em busca de fontes e possibilidades de especialização, assim como o participante 1.

Já para os participantes 4, 5 e 6 existe um meio termo, uma vez que o participante 4 menciona que também teve que ir em busca de capacitação para a gestão do patrimônio cultural, mas que entende que a universidade não tem como abarcar todos os conteúdos formativos e pode ter faltado mais interesse de se aprofundar na temática de enquanto foi estudante. O participante 5 também compartilha de tal pensamento, porém entende que a grade curricular poderia abrigar mais questões sobre gestão.

E, por fim, o participante 7 destaca a seguinte reflexão a respeito da formação em gestão do patrimônio cultural,

Teoricamente sim. Metodologicamente, eu não sei, não sei se o nosso campo de disciplinas, o nosso ementário base do campo da Museologia tem disciplinas ou tem uma formação teórico-prática que exige. Acredito que o profissional ele tem uma base teórica, ele tem uma literatura à sua disposição, ele encontra essa formação pulverizada nas escolas de Museologia, nas grades, mas ainda não com foco em gestão de projetos de musealização e de patrimonialização.

São diferentes vivências, visões, posicionamentos e percepções em relação à formação dos participantes. Como forma de compartilhar os caminhos percorridos pelos participantes para atuarem no campo da gestão do patrimônio, foi-lhes perguntado o que eles indicariam de referenciais teóricos e estratégias para os estudantes de graduação em Museologia que têm interesse em atuar nessa área em específico da Museologia. Percepções que serão analisadas, a seguir.

#### **5.14 Indicações ou referências teóricas e práticas para estudantes de graduação em Museologia atuarem em gestão de projetos de musealização ou patrimonialização de bens culturais**

Por se tratar de profissionais que estão atuantes no mercado de trabalho da Museologia, foi colocado em pauta qual seria o melhor caminho para os dessa área que desejam traçar o percurso de projetos de gestão do patrimônio como agentes culturais.

Em relação aos teóricos do campo do patrimônio, o participante 1 mencionou a importância dos seguintes autores como base teórica: José Reginaldo Lopes, Waldisa Rússio Guarnieri, Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, Dominique Poulot, além das Cartas Patrimoniais, documentos primordiais para o conhecimento dos conceitos e normas administrativas e diretrizes jurídicas e legais para a proteção, preservação e recuperação de bens culturais do patrimônio arqueológico, histórico, etnológico, paleontológico e artístico.

Para o participante 2, é importante que os estudantes tenham contato com o campo da Gestão Cultural por meio de metodologias e práticas de planejamento estratégico e de gestão de projetos e instituições culturais por meio do trabalho da autora Maria Helena Cunha e, para questões teóricas de musealização e patrimonialização, José Reginaldo Lopes e Marília Xavier Cury.

Já para o participante 3, é significativo ler e acompanhar a execução de editais de financiamento público do governo estadual e também dos municípios para que se tenha a expertise da criação de projetos.

O participante 4 destaca os guias práticos de gestão do patrimônio cultural, do IBRAM e, juntamente com o participante 7, o trabalho das autoras Manuelina Duarte Cândido e Ana Cecília Rocha Veiga nas ações de diagnóstico, planejamento e gestão museológica e patrimonial.

Já para o participante 5 é fundamental a participação em cursos extras para a capacitação de captação de recursos e gestão de projetos em lei de incentivo, licitação, abertura de concorrência, enfim, destinação de verba pública para a área cultural e, por fim, o participante 6 indica a busca por cursos na área gestão de projetos, principalmente de capacitações oferecidos pelo Conselho Regional de Museologia.

Ambas as indicações suscitaram o questionamento de como esses profissionais entendiam a contribuição do museólogo para a promoção e o desenvolvimento do patrimônio cultural.

### **5.15 Percepções a respeito da colaboração do museólogo para a promoção e o desenvolvimento do patrimônio cultural**

Ao questionarmos a presença do museólogo nas ações estratégicas de projetos em gestão do patrimônio cultural, os participantes concordaram, unanimemente, que os museólogos possuem abordagens e estratégias diferenciadas no trato com o patrimônio.

Para o participante 1, o museólogo pode ser entendido como um mediador dos bens culturais,

(...) O museólogo ele pode ser um porta-voz, ele pode ser o porta-voz da sociedade, uma defesa dessa sociedade. Um mediador entre a sociedade que também nega o patrimônio, que também tem esse outro lado, mas também tentando entender o que essa pessoa nega. Ele é um excelente mediador entre o patrimônio e as pessoas. Eu não vejo profissional melhor para fazer essa mediação, é aí que ele tem que entrar, é aí que ele tem que atuar. Eu acho que tanto dentro dos espaços museológicos, quanto dentro

desses espaços públicos de conselhos... dessas coisas... porque é lá que ele vai fazer essa mediação, para não radicalizar, ele não sendo radical, ele consegue ponderar com essas... com essas duas forças: as que não querem e as que querem. Eu acho que não tem profissional melhor. (...)

Já para o participante 5,

O museólogo é um profissional do patrimônio. O museólogo é o profissional adequado para mexer com o patrimônio, porque a gente entende as nuances materiais e imateriais, então a gente consegue atuar tanto no âmbito dos patrimônios materiais, os naturais, etc. Porque se você pegar um museólogo e colocar num museu de ciências naturais, ele entende o patrimônio natural, o imaterial e o material. E eu acho que o museólogo precisa só de reconhecimento externo.

O participante 6 menciona um fator importante no fazer museológico que é o fato de ser fundamental para o trabalho como agentes culturais do patrimônio que, nesse caso, é o trabalho para além dos muros de um espaço tradicional do museu para que o contato com a comunidade e o bem cultural estabeleça-se de uma maneira orgânica e integrada,

A partir do momento que a gente não só atua, como o museólogo dentro do museu, lá nos bastidores, mas que a gente saia desse âmbito com uma formação própria para isso também, né? Não adianta eu sair, fazer uma Museologia de território, vamos dizer assim, sem ter propriedade para poder sensibilizar a população. Então, eu acho que é o papel do museólogo sair do museu. Saindo do às vezes até mesmo da ideia engessada, não ser engessada do profissional, mas engessada da visão que o outro tem sobre o profissional museólogo, né? Dessa... que o museólogo está dentro do museu. Então acho que se a gente voltar mais para fora do museu, talvez a gente consiga atuar mais nesse sentido.

Por fim, o participante 7 resume a formação e capacidade técnica que o museólogo tem enquanto um especialista do patrimônio. Um profissional que possui conhecimento técnico para diversas frente de trabalho com o patrimônio,

O museólogo é o especialista em generalidades. A gente atua em diversas frentes, eu acho que é isso é o principal ponto a favor do profissional museólogo. Ele pode especializar em gestão do patrimônio cultural e levar toda a bagagem teórica, metodológica e científica que ele traz da faculdade no conhecimento de conservação das coleções, de gestão de coleções, gestão de suprimentos do campo da museologia. Então, a gente já traz essa bagagem, quando a gente se forma generalista, né?

Logo, ao observarmos o panorama construído nas respostas dos sete participantes do estudo qualitativo, fez-se notória sua consonância na percepção da importância da atuação dos museólogos na ação patrimonial fora dos espaços museais tradicionais.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa existe a partir de questionamentos que acompanham o pesquisador ao longo de sua formação em Museologia e, perante a sua atuação no campo museal e patrimonial. A hipótese do estudo estava em torno da organização de um trabalho que pudesse apresentar informações consistentes para profissionais museólogos que atuam ou desejam atuar com a gestão de projetos do patrimônio cultural.

Para que as inquietações em relação às possibilidades de práticas de atuação pudessem ser respondidas, a pesquisa partiu do princípio que seria fundamental fazer um levantamento qualitativo de práticas em andamento ou que já foram realizadas por profissionais que estão atuantes no mercado de trabalho.

Ao serem analisadas as atuações de sete museólogos registrados na 2ª Região do Conselho Regional de Museologia, com ênfase em sua performance como agentes em projetos de musealização ou patrimonialização de bens culturais em diferentes cidades em Minas Gerais, foi possível concluir que a colaboração de um profissional desses no trabalho junto a comunidades pode ser fundamental para que os processos de patrimonialização sejam humanizados e permeados por momentos de mediação dos diálogos, tensões e decisões frente aos órgãos públicos e instituições de preservação do patrimônio.

Os museólogos são profissionais a serviço da informação, do conhecimento e da sociedade. Os relatos dos participantes trouxeram um conjunto de percepções e práticas de trabalho que revelam a importância da especialização e da capacitação para aqueles museólogos que desejam atuar em ações extramuros aos espaços de um museu.

A colaboração de um museólogo para o trabalho com o patrimônio e comunidades pode ser percebido de uma forma fundamental para que a sensibilidade museal e patrimonial possa estar presente nos momentos de mediação dos diálogos, tensões, conflitos e nas decisões frente aos bens culturais por parte de órgãos públicos, comunidades e instituições.

De acordo com a revisão bibliográfica realizada ao longo da pesquisa, foram discutidos os conceitos de musealização e patrimonialização, além de também ter sido possível aprofundar no alargamento de tais conceitos e como que, mediante às demandas de trabalho em museus e com os bens culturais em diferentes localidades-

territórios, os museólogos e profissionais do patrimônio precisam estar em constante diálogo para que a musealização e a patrimonialização possam caminhar juntas para a plena salvaguarda e a promoção do patrimônio cultural.

A pesquisa buscou compreender em quais localidades os museólogos participantes atuam ou já atuaram em cidades dentro do estado de Minas Gerais com ações de musealização e patrimonialização. Os participantes da pesquisa qualitativa trouxeram elementos informacionais que corroboram para as perspectivas contemporâneas frente à gestão de projetos do patrimônio cultural.

O conjunto de projetos citados por cada participante revela que existe a demanda pela intervenção de museólogos, com seu instrumental específico, na salvaguarda de diferentes bens culturais, especialmente nas cidades do interior do estado. Essas frentes de trabalho podem ser uma alternativa para aqueles que buscam colocação ou reinserção no mercado de trabalho.

Minas Gerais é um estado que possui mais de 853 municípios, além de ter uma das maiores extensões territoriais da federação. A necessidade de deslocamento entre regiões do Estado pode ser um dificultador para a generalização de sua inserção em projetos de natureza patrimonial, museal e cultural, além da distribuição de recursos públicos destinados à cultura e ao patrimônio. Mas, como agente da cultura, da memória e do patrimônio, é papel do museólogo estar presente nas tomadas de decisões do poder público em relação a essas áreas e, também, trabalhar de forma estratégica com o intuito de sensibilizar o poder público, empresas e a sociedade para o apoio direto a projetos de preservação do patrimônio cultural.

O aprofundamento do museólogo no conhecimento das políticas culturais também é uma das frentes de ampliação da atuação desse profissional como agente cultural, uma vez que a pesquisa mostrou uma busca por cursos de pós-graduação em torno da gestão do patrimônio cultural, algo que está relacionado com o interesse pelo conhecimento das leis que regem e garantem a seguridade por meio das bases jurídicas de um bem cultural e a compreensão das diferentes possibilidades de atuação como gestores de projetos do patrimônio.

A participação dos museólogos na discussão dos processos de municipalização da cultura é fundamental por meio da implementação do Sistema Nacional de Cultura (SNC) como foi visto nos capítulos anteriores, que é a quinta meta do Plano Nacional de Cultura (PNC). A presença desse profissional no acompanhamento da PNC e do SNC pode se dar como membros integrantes de

Conselhos Gestores dos Sistemas Municipais, Estaduais e Federais de Museus, Patrimônio Cultural e Políticas Culturais e o devido acompanhamento do trabalho realizado por instituições como o IBRAM, IPHAN, IEPHA, Secretarias Municipais e Estaduais de Cultura e do Ministério da Cultura, atual Secretaria de Cultura do Ministério do Turismo.

É a partir dessa participação ativa que o museólogo poderá acompanhar a construção de políticas públicas de cultura que vão de fato garantir o direito à preservação do patrimônio cultural e, o principal com a devida participação da comunidade local, para que o museólogo possa ser o mediador que irá fazer o acompanhamento de todo processo, como a mobilização de recursos para o desenvolvimento e o impacto direto das ações patrimoniais na dinamização da economia local.

Na revisão bibliográfica foi possível entender a importância de museólogos como Waldisa Rússio, Cristina Bruno, Marília Xavier Cury, Tereza Scheiner, Mário Chagas, entre outros nas interlocuções com o poder público e com diferentes entidades da sociedade para que houvesse avanços na proteção e promoção dos bens culturais. Os museólogos possuem tal histórico de compromisso e de resistência como agentes de cultura.

O museólogo é, de fato, um profissional atuante pela valorização e a plena preservação da memória, da informação e do patrimônio, que deve estar constantemente em contato com as demandas de mediação do patrimônio e com os seus pares, ou seja, colegas museólogos e demais profissionais atuantes com o patrimônio, para que tais oportunidades sejam preenchidas e atendidas de uma forma plena e integral.

É significativo dizer que os desafios são diversos e que foi possível notar com a revisão bibliográfica, assim como perceber através dos relatos dos participantes, que o trabalho é contínuo e deve ser estruturante para que possam ser ampliadas as ações de musealização e patrimonialização de bens culturais.

A universidade é o local mais adequado para ser o elo central de discussão, proposição de ideias e ações criativas e inovadoras que podem promover a aproximação de todas as demandas até aqui mencionadas. São os cursos de Museologia que podem servir como estruturantes na formação de museólogos que tenham competências cada vez mais condizentes com a sociedade da informação na qual se encontram inseridos, além do trabalho realizados em museus e com o

patrimônio. Por meio da presente pesquisa, foi possível observar, de forma concatenada, os diferentes percursos históricos, como em Minas Gerais, que a formação em Museologia tem no Brasil e como isso impacta no crescimento do campo acadêmico e, certamente, no mercado de trabalho.

Juntamente com o relato dos participantes foram mencionadas algumas lacunas na matriz curricular das graduações em Museologia dentro da temática da gestão de projetos do patrimônio. Porém, segundo os próprios participantes, a formação superior foi capaz de lhes dar uma base teórica sólida para que pudessem entender a fundamentação e as especificidades do seu trabalho, fator que legitima os museólogos como especialistas em diferentes aspectos do trabalho patrimonial nos museus e no seio das cidades, possibilitando-lhes que abordassem o tema de forma original e desenvolvessem ações autônomas, tanto no mercado de trabalho quanto na própria academia. Logo, é possível afirmar que os museólogos estão em busca de se especializarem nas áreas da gestão, da documentação e da interpretação do patrimônio cultural.

A consolidação da memória de um povo é um fenômeno subjetivo, articulado por muitos agentes, e que define a construção de uma identidade. A busca pela formação dessa identidade perpassa a presença de sujeitos que sejam capazes de dialogar com a comunidade, de sistematizar conceitos de preservação da cultura e do patrimônio e como aplicá-los em um contexto prático, sujeito a variáveis imprevisíveis que podem dificultar o processo.

Por fim, conclui-se, com este estudo, que o museólogo pode ser entendido como um agente cultural especializado que deve estar constantemente em contato com as demandas de mediação do patrimônio e com os seus pares, ou seja, colegas museólogos e demais profissionais atuantes com o patrimônio para que tais oportunidades sejam preenchidas e atendidas de uma forma plena e integral. Considerando isso, faz-se necessário refletir sobre a presença do museólogo como mediador no fortalecimento cultural, social e patrimonial de um povo, pois o seu campo de estudo sinaliza que ele é o profissional capaz de englobar as questões mais medulares envolvidas nesses processos, de maneira a enaltecer à memória e, com isso, fortalecer sentimentos de pertencimento e autonomia dos indivíduos nas comunidades onde forem atuar.

## 7 REFERÊNCIAS

ANDRADEJÚNIOR, Aderbal de; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. O ICMS patrimônio cultural e a indução da política municipal de proteção patrimonial em Minas Gerais: o caso de Contagem. **Cadernos da Escola do Legislativo**, Belo Horizonte, v. 16, n. 25, p. 47-71, fev. 2019. Disponível em: <https://cadernosdolegislativo.almg.gov.br/seer/index.php/cadernos-ele/article/view/142/0>. Acesso em: 15 abr. 2020.

ALVES, Juliana Rodrigues. Manuelina Maria Duarte Cândido: Gestão de Museus, um Desafio Contemporâneo: diagnóstico museológico e planejamento. **Midas**, [S.L.], n. 5, 13 out. 2015.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Museologia e Ciência da Informação: diálogos possíveis. **Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, v. 2, n. 4, 8 out. 2013. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/16360>. Acesso em: 13 nov. 2021.

ABDALLA, Antônio Carlos. (org.). **Lei Rouanet**: percurso e relatos. Brasil: Vale, 2011. 237 p.

BARBALHO, Alexandre; ALVES, Elder P. Maia; VIEIRA, Mariella Pitombo (org.). **Os trabalhadores da cultura no Brasil**: criação, práticas e reconhecimento. Salvador: EDUFBA, 2017. 272 p.

BARBALHO, Alexandre Almeida. **Sistema Nacional de Cultura**: Campo, saber e poder. 1. ed. Fortaleza: UECE, 2019. v. 1. 190p.

BARBALHO, Alexandre Almeida; RUBIM, Antônio Albino Canelas; CALABRE, Lia. (org.). **Políticas culturais no governo Dilma**. 1 ed. Salvador: UFBA, 2015. v. 1, p. 281.

BARROS, José Márcio de Moura; KAUARK, Giuliana; DUPIN, Giselle. **Cultura e diversidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumens, 2018. v. 1. 172p.

BARROS, José Márcio; CUNHA, Maria Helena Melo da. Desafios de uma política para a formação de gestores culturais. *In*: BARROS, José Márcio; OLIVEIRA JÚNIOR, José. (org.). **Pensar e agir com a cultura**: desafios da gestão cultural. Belo Horizonte: Observatório da diversidade cultural, 2011, v.2 p. 9-153.

BISERRA, Natália de Figueirêdo. **Memória da associação brasileira de Museologia (1963-1985)**: contribuições da ABM para a constituição do campo profissional no Brasil (1963-85). 2017. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: [http://www.unirio.br/ppg-pmus/natalia\\_figueiredo\\_biserra.pdf](http://www.unirio.br/ppg-pmus/natalia_figueiredo_biserra.pdf). Acesso em 01 mar. de 2022.

BOCKORNI, Beatriz Rodrigues Silva; GOMES, Almiralva Ferraz. A amostragem em snowball (bola de neve) em uma pesquisa qualitativa no campo da administração. **Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR**, Umuarama, v. 22, n. 1, p. 105-117, jan./jun. 2021.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Unesp, 2004.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 17 jun. 2019.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25/1937, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Brasília, DF: Senado Federal, 6 de dezembro de 1937. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm). Acesso em: 17 jun. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Brasília, DF: Senado Federal, 6 de dezembro de 1937. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm). Acesso em: 17 jun. 2022.

BRASIL. **Lei Nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984**. Dispõe sobre a Regulamentação da Profissão de Museólogo. Brasília, DF: Presidência da República, 1984. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7287.htm#:~:text=LEI%20No%207.287%2C%20DE%2018%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201984.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20Regulamenta%C3%A7%C3%A3o%20da,Art](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7287.htm#:~:text=LEI%20No%207.287%2C%20DE%2018%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201984.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20Regulamenta%C3%A7%C3%A3o%20da,Art). Acesso em: 6 fev. 2023.

BRASIL. IPHAN. Bens tombados. **IPHAN**, [2022]. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>. Acesso em: 17 jun. 2022.

BRASIL. **Nova lei da cultura**: mais recursos, mais bem aplicados, para todas as dimensões da cultura, em todas as regiões do Brasil. [Brasília]: Ministério da Cultura, 2010. 25p.

BRULON, Bruno. A INVENÇÃO DO ECOMUSEU: o caso do écomusée du creusot montceau-les-mines e a prática da museologia experimental. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 267-295, ago. 2015.

BRULON, Bruno. Passagens da Museologia: a musealização como caminho. **Museologia e patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 189-210, 2018.

BRUNO, Cristina. Formas de humanidade: concepção e desafios da musealização. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 9, n. 9, jun. 2009. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/293>. Acesso em: 01 nov. 2019.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira; FONSECA, Andrea Mattos; NEVES, Kátia Regina Felipini. Mudança social e desenvolvimento no pensamento da museóloga Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos. *In*: BRUNO, Maria Cristina Oliveira; NEVES, Kátia Regina Felipini (org.). **Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento**: propostas e reflexões museológicas. São Cristovão: Museu de Arqueologia de Xingó, 2008.

BRUNO, Cristina. Museologia e museus: como implantar as novas tendências. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 10, n. 10, jun. 2009. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/296>. Acesso em: 01 nov. 2019.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Museologia e museus: os inevitáveis caminhos entrelaçados. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, n. 25, jun. 2009. ISSN 1646-3714. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/419>. Acesso em: 01 nov. 2019.

BRUNO, Cristina. Museus para o amanhã. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 10, n. 10, jun. 2009. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/299>. Acesso em: 01 nov. 2019.

BRUNO, Cristina. Propostas, projetos, modelos: os caminhos para a experimentação museológica. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 10, n. 10, jun. 2009. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/302>. Acesso em: 01 nov. 2019.

BRUNO, Cristina. Teoria museológica: a problematização de algumas questões relevantes à formação profissional. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 10, n. 10, jun. 2009. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/297>. Acesso em: 01 nov. 2019.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira; ARAÚJO, Marcelo Mattos; COUTINHO, Maria Inês Lopes. **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2010.

CALABRE, Lia. **Políticas Culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. 144p.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. **Gestão de museus, um desafio contemporâneo: diagnóstico museológico e planejamento**. 3. ed. Porto Alegre: Editora Padula, 2019. v. 1. 240p.

CALABRE, Lia. **Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009. 141 p. (FGV de bolso. Sociedade & Cultura).

CALABRE, Lia. **Políticas culturais: reflexões sobre gestão, processos participativos e desenvolvimento**. 1. ed. São Paulo: Itaú Cultural, 2009. v. 1. 145p.

CALABRE, Lia. O lugar das políticas culturais na contemporaneidade. **Contemporâneos - Revista de Artes e Humanidades**, v. 18, p. 1-19, 2018. Disponível em: <https://revistacontemporaneos.com.br/o-lugar-das-politicas-culturais-na-contemporaneidade-por-lia-calabre-fundacao-casa-de-rui-barbosa/> Acesso em: 20 de ago. 2021.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. As Ondas do pensamento museológico: balanço sobre a produção brasileira. *In*: BRUNO, Maria Cristina Oliveira; NEVES, Kátia Regina Felipini (org.). **Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento**: propostas e reflexões museológicas. São Cristovão: Museu de Arqueologia de Xingó, 2008.

CÂNDIDO, Julia Gontijo. Conheça 4 bens tombados como Patrimônio Cultural da Humanidade em Minas. **Secretaria de estado de cultura e turismos de Minas Gerais**. Disponível em: <https://www.minasgerais.com.br/pt/blog/artigo/conheca-4-bens-tombados-como-patrimonio-cultural-da-humanidade-em-minas>. Acesso em: 13 nov. 2022.

CARSALADE, Flávio Lemos; BIONDINI, Isabella Virgínia Freire; STARLING, Mônica Barros de Lima. A política do ICMS Patrimônio Cultural em Minas Gerais como instrumento de indução à descentralização de ações de política pública no campo do patrimônio: potencialidades e limites. **Cadernos da Escola do Legislativo**, Belo Horizonte, v. 16, n. 25, p. 133-179, fev. 2019. Disponível em: <https://cadernosdolegislativo.almg.gov.br/seer/index.php/cadernos-ele/article/view/145/0>. Acesso em: 15 abr. 2020.

CASTRO, Ana Lúcia Siaines. **O museu do sagrado ao segredo**. Rio de Janeiro: REVAN/FAPERJ, 2009.

CERÁVOLO, Suely Moraes. Delineamentos para uma teoria da Museologia. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, [s.l.], v. 12, n. 1, p. 237-268, dez. 2004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5409>. Acesso em: 24 abr. 2023.

CHAGAS, Mário; PRIMO, Judite; STORINO, Claudia; ASSUNÇÃO, Paula. A museologia e a construção de sua dimensão social: olhares e caminhos. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 55, n. 11, 13 jun. 2018.

CHAGAS, Mário. Museu e patrimônio: narrativas e práticas socialmente adjetivadas. *In*: CHAGAS, Mário de Souza. **A imaginação museal**: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/Ibram, 2009. p. 31-63.

CHAGAS, Mário. Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, n. 13, 1999.

CHAGAS, Mário. Pesquisa museológica. *In*: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos (org.). **Museu**: instituição de pesquisa. Rio de Janeiro: MAST, 2005. 100p. (*MAST Colloquia 7*).

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 3 ed. São Paulo: Unesp, 2006, 282p.

CONSELHO FEDERAL DE MUSEOLOGIA. Registro e cadastro. **COFEM**. 2022. Disponível em: <https://cofem.org.br/registro-e-cadastro/formacao/>. Acesso em: 10 jan. 2022.

CONSELHO FEDERREAL DE MUSEOLOGIA. Como surgiu o Conselho Federal de Museologia? um breve histórico. **COFEM**. Disponível em:

<https://cofem.org.br/acesso-a-informacao/institucional/carta-de-servicos/3-sobre-o-sistema-cofem-corems/3-1-como-surgiu-o-conselho-federal-de-museologia-um-breve-historico/>. Acesso em: 12 nov. 2021.

CUNHA, Maria Helena. **Planejamento estratégico de projetos e programas culturais**. 1. ed. São Paulo: Editora Senac, 2019. 181p.

CUNHA, Maria Helena. **Gestão cultural**: profissão em formação. 1. ed. Belo Horizonte: DUO Editorial, 2007. v. 1. 195p.

CURY, Marília Xavier. Processo de concepção e montagem de exposição. *In*: CURY, Marília Xavier. *Exposição: concepção, montagem e avaliação*. São Paulo: Annablume, 2005. p. 49-115.

CURY, Marília Xavier. Museologia e conhecimento museológico: uma perspectiva dentre muitas. **Museologia & Interdisciplinaridade**, [s. l.], v. 3, n. 5, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/15470>. Acesso em: 24 abr. 2023.

CURY, Marília Xavier. Museologia, novas tendências. *In*: MAST. GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos; LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. **Museu e museologia**: interfaces e perspectivas. Rio de Janeiro, 2009. p. 25-41. (*MAST Colloquia* 11).

DA SILVA, Sandra Siqueira. A patrimonialização da cultura como forma de desenvolvimento: considerações sobre as teorias do desenvolvimento e o patrimônio cultural. **Aurora**, Marília, v. 4, p. 106-113, 7 jan. 2011. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/9silva106a113.pdf>. Acesso em: 16 set. de 2021.

DE ARIMATÉIA, Karine. O Icms cultural como estratégia de indução para a descentralização de políticas de patrimônio cultural. **Cadernos da Escola do Legislativo**, Belo Horizonte, v. 12, n. 18, p. 165 – 201, nov. 2019. Disponível em: <https://cadernosdolegislativo.almg.gov.br/ojs/index.php/cadernos-ele/article/view/294>. Acesso em: 15 abr. 2020.

DE CARVALHO, Luciana Menezes. Waldisa Rússio e Tereza Scheiner: dois caminhos, um único objetivo: discutir museu e museologia. **Revista Museologia e Patrimônio**, v. 4, n. 2, 2011, p. 147-158.

DE FARIA, Ana Carolina Gelmini; POSSAMAI, Zita Rosane. O campo dos museus no Brasil: indícios de relações instituídas em meados do século XX. **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 50, p. 13-29, 2018. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5076566/mod\\_resource/content/1/O\\_campo\\_dos\\_museus\\_no\\_Brasil\\_indicios\\_da.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5076566/mod_resource/content/1/O_campo_dos_museus_no_Brasil_indicios_da.pdf). Acesso em: 20 mar. 2022.

DESVALLÉS, André; MAIRESSE, François (ed.). **Conceitos-chaves de Museologia**. São Paulo, Conselho Internacional de Museus. 2013.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.

FIGUEIREDO, Maria Catarina. Valorização e musealização do patrimônio no meio urbano. **Cadernos de sociomuseologia**, Lisboa, v. 56, n. 12, dec. 2018. Disponível em:

<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/6532>.

Acesso em: 01 nov. 2019.

Gestão. *In*: DESVALLÉES, André, MAIRESSE, François. **Conceitos-chaves de Museologia**. São Paulo, Conselho Internacional de Museus. 2013.

GOMES, René Lommez.; RENA, Natacha. Cartografias do comum: experiência de uma prática curatorial colaborativa entre universidade, movimentos sociais e coletivos. *In*: Seminário Brasileiro de Museologia, 1, 2015, Belo Horizonte. **Anais [...]** Belo Horizonte: SEBRAMUS, 2015. p. 520-530.

GREGOROVÁ, Anna. La muséologie: science ou seulement travail pratique du musée?. *In*: BARAÇAL, Anaido Bernardo. **O objeto da Museologia**: a via conceitual aberta por Zbynek Zbyslav Stránsky. 2008. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2008.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação. **Cadernos Museológicos**, Rio de Janeiro: IBPC, n.3, p. 7-12, 1990.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. Sistema da Museologia. 1983. *In*: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional. v.1. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado de Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010a. p.127-136.

HOFFMAN, Felipe Eleutério. Museu, Meio, Mídia e Mediação: Uma reflexão acerca de Museus e Cidades. *In*: Seminário Internacional Ciência e Museologia: Universo Imaginário, 3, 2016, Belo Horizonte. **Anais [...]** Belo Horizonte: MUSATEC, 2015. p. 1-282.

INSTITUTO ESTADUAL DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO. ICMS Patrimônio Cultural. Disponível em:

<http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-aco/es/icms-patrimoniocultural#o-que-é>. Acesso em: 07 abr. 2020.

IPHAN. **Patrimônio**. Portal Iphan. 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>. Acesso em: 22 dez. 2022.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Museologia-museu e patrimônio, patrimonialização e musealização: ambiência de comunhão. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 7, n. 1, p. 31-50, jan./abr. 2012.

MENSCH, Peter van. Objeto de Estudo da Museologia. **Pretextos Museológicos I**. Rio de Janeiro: UNIRIO/ UGF, 1994.

MINAS GERAIS. **Lei nº 18.030, de 12 de janeiro de 2009**. Dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da Arrecadação do ICMS pertencente aos municípios. Belo Horizonte: Secretaria do Estado da Fazenda, 2009. Disponível em: [http://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/legislacao\\_tributaria/leis/2009/118030\\_2009.html](http://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/legislacao_tributaria/leis/2009/118030_2009.html). Acesso em 3 dez. 2022.

MINAS GERAIS. **Lei ordinária nº 14086, de 6 de dezembro de 2001**. Cria o fundo estadual de defesa de direitos difusos e o conselho estadual de direitos difusos e dá outras providências. Belo Horizonte: Secretaria do Estado da Fazenda, 2001. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-14086-2001-minas-gerais-cria-o-fundo-estadual-de-defesa-de-direitos-difusos-e-o-conselho-estadual-de-direitos-difusos-e-da-outras-providencias>. Acesso em 26 jun. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E LO CULTURA. **REUNI**: Reestruturação e expansão das universidades federais. Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/>. Acesso em: abr. 2022.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Plano Nacional de Cultura**: diretrizes Gerais. 2 ed. Brasília: Ministério da Cultura, 2011.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Por que aprovar o Plano Nacional de Cultura**: conceitos, participação e expectativas. Brasília: Ministério da Cultura, 2009.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Plano Nacional de Cultura**. Relatório 2015 de Acompanhamento das Metas. Brasília: Ministério da Cultura, 2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS. **Patrimônio Cultural**. Disponível em: <https://www.mpmg.mp.br/portal/menu/areas-de-atuacao/cidades-e-meio-ambiente/patrimonio-cultural/>. Acesso em: 16 jun. 2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS. **Patrimônio Cultural MPMG Coordenadoria de Patrimônio Cultural**. Disponível em: [patrimoniocultural.org](http://patrimoniocultural.org). Acesso em: 19 mar. 2022.

MOREIRA, Raquel; CALABRE, Lia. Financiamento da cultura sob a ótica dos direitos culturais: possibilidades e desafios do Plano Nacional de Cultura. **Políticas Culturais em Revista**, v. 5, p. 97-114, 2012. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/6788>. Acesso em: 26 jul.2019.

MOUTINHO, Mário Canova. Sobre o conceito de museologia social. **Cadernos de sociomuseologia**, Lisboa, v. 1, n. 1, 1993.

MOUTINHO, Mário Canova. Definição evolutiva de Sociomuseologia: proposta de reflexão. **Cadernos do Ceom**, Chapecó, v. 27, n. 41, 423-427.

MUSEU. *In*: DESVALLÉS, André; MAIRESSE, François (ed.). **Conceitos-chaves de Museologia**. São Paulo, Conselho Internacional de Museus. 2013.

MUSEALIZAÇÃO. *In*: DESVALLÉS, André; MAIRESSE, François (ed.). **Conceitos-chaves de Museologia**. São Paulo, Conselho Internacional de Museus. 2013. 100 p.

NASCIMENTO JÚNIOR, José do; TRAMPE, Alan; DOS SANTOS, Paula Assunção. Mesa redonda sobre la importancia y el desarrollo de los museos en el mundo contemporáneo: Mesa Redonda de Santiago de Chile, 1972. Brasília: Programa Ibermuseos, 2012. v.1, 235 p. Disponível em: [http://www.iber museos.org/wp-content/uploads/2014/09/Publicacion\\_Mesa\\_Redonda\\_VOL\\_I.pdf](http://www.iber museos.org/wp-content/uploads/2014/09/Publicacion_Mesa_Redonda_VOL_I.pdf). Acesso em 07 mar. 2021.

ORTELLADO, Pablo; LIMA, Luciana Piazzon Barbosa; SOUZA, Valmir. O que são as políticas culturais? Uma revisão crítica das modalidades de intervenção do Estado no campo da cultura. *In*: Seminário Internacional de Políticas Culturais, 4, 2013, Rio de Janeiro. **Anais [...]** 2013.

POULOT, Dominique. **Museu e Museologia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

PRIMO, Judite Santos. Documentos Básicos de Museologia: principais conceitos. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, n. 41, fev. 2012. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/2642>. Acesso em: 01 nov. 2019.

PRIMO, Judite. Museus, hibridação cultural e novas territorialidades. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 46, n. 2, jun. 2014. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/4520>. Acesso em: 01 nov. 2019.

PRIMO, Judite. Pensar contemporaneamente a museologia. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 16, n. 16, jun. 2009. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/350>. Acesso em: 01 nov. 2019.

RANGEL, Marília Machado. O Tombamento e o inventário como forma de acautelamento. *In*: MIRANDA, Marcos Paulo de Souza; ARAUJO, Guilherme Maciel; ASKAR, Jorge Abdo. **Mestres e Conselheiros**: Manual de Atuação dos Agentes do Patrimônio Cultural. Belo Horizonte: IEDS, 2009, 217 p.

ROCHA, Eliane Cristina de Freitas. **Usuário da informação um velho desconhecido**: usuários da informação em diferentes profissões da informação. 2013. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Desafios e dilemas da institucionalidade cultural no Brasil. **Matrizes**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 57-59, 31 ago. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/123379>. Acesso em: 10 set. 2021.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: Edufba, 2007. (Coleção Cult).

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas culturais no governo Lula**. Salvador: Editora da UFBA, 2010. 306p. Disponível em: [http://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Políticas-culturais\\_governo\\_Lula.pdf](http://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Políticas-culturais_governo_Lula.pdf) Acesso em: 30 de jul. de 2019.

SCHEINER, Tereza Cristina Moletta. Museu, Museologia e a relação específica: considerações sobre os fundamentos teóricos do campo museal. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 42, n. 3, ago. 2015. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1368/1547>. Acesso em: 28 out. 2019.

SCHEINER, Teresa; GRANATO, Marcus; REIS, Maria Amélia (coord.). Termos e Conceitos da Museologia: museu inclusivo, interculturalidade e patrimônio integral. *In*: ENCONTRO REGIONAL DO ICOFOM LAM, 21, 2012, Petrópolis. **Anais** [...]. Petrópolis: PPG-PMUS, UNIRIO/MAST, 2012.

SOARES, Bruno César Brulon. Museus, patrimônios e experiência criadora: ensaio sobre as bases da Museologia experimental. *In*: MAGALHÃES, Fernando; COSTA, Luciana Ferreira da; HERNÁNDEZ, Francisca Hernández; CURCINO, Alan (org.). **Museologia e patrimônio**. 1 ed. Portugal: IPLeia, 2019, v. 1, p. 199-231.

SOUSA, José Raul de; SANTOS, Simone Cabral Marinho dos. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. **Pesquisa e debate em educação**, Juiz de Fora: UFJF, v. 10, n. 2, p. 1396 - 1416, jul./dez. 2020.

STARLING, Mônica Barros de Lima; REIS, André Abreu. **Apontamentos sobre o ICMS cultural**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002.

STRÁNSKÝ, Zbynek Zbyslav. Museologia: ciência ou apenas trabalho prático?. **Revista Museologia e Patrimônio**, v.1, n.1, 2008, p.101-105.

STRÁNSKÝ, Zbynek Z. Sobre o tema Museologia: ciência ou apenas trabalho prático?. Tradução de Tereza Scheiner. **Museologia e Patrimônio**, n. 1, p. 101-105, jul./dez. 2008. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/10/5>. Acesso em: 10 mar. 2021.

TEIXEIRA COELHO,. **Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário**. São Paulo: Iluminuras/Fapesp. 1997.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. Museologia. **Site do departamento de museologia**. Disponível em: <https://museologia.ufop.br/hist%C3%B3rico>. Acesso em: mar. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Museologia. **UFMG**. Disponível em: <https://ufmg.br/cursos/graduacao/2348/87378>. Acesso em: 6 out. 2022.

VEIGA, Ana Cecília Rocha. **Gestão de projetos de museus e exposições**. Belo Horizonte: C/Arte, FAPEMIG, 2013.

## APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido – TCLE

Caro Sr/Sra, você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa para a dissertação de mestrado do aluno Igor Cândido Costa, do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, com orientação do Prof.Dr.René Lommez Gomes e coorientadora, Profa.Dra.Eliane Cristina de Freitas Rocha, que tem como título “Gestão do Patrimônio Cultural: experiências e práticas de atuação dos museólogos como agentes culturais em projetos de musealização ou patrimonialização de bens culturais” e como objetivo, fazer um levantamento qualitativo a respeito das experiências e práticas museais que estão sendo empenhadas pelos museólogos nos trabalhos de gestão do patrimônio cultural por meio de projetos de musealização ou patrimonialização de bens culturais a fim de sistematizar, promover e divulgar a profissão e as ações de mediação que estão sendo realizadas pelos profissionais no estado de Minas Gerais.

Para participar do estudo, você participará de uma entrevista sobre a sua atuação como museólogo em projetos de musealização ou patrimonialização do patrimônio cultural no estado de Minas Gerais, tendo de dedicar 40 min do seu tempo, no formato online para participar de uma sala de videochamada a ser disponibilizada pelo pesquisador. A entrevista será gravada e o registro da gravação será armazenado no computador da equipe de pesquisa, sendo seu acesso restrito a equipe de pesquisa. O procedimento de coleta dos dados será realizado por meio da leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) por parte do pesquisador e, em seguida, mediante confirmação e consentimento de participação na pesquisa, será feito um conjunto de 16 perguntas que dizem respeito ao exercício da sua profissão como museólogo em projetos de gestão do patrimônio cultural.

Os riscos da sua participação podem se dar por possíveis constrangimentos associados ao teor das questões, como, por exemplo, para o caso de não saber responder alguma(s) dela. Neste caso, o pesquisador esclarece que a pesquisa não considera como certa ou errada qualquer prática realizada pelos profissionais no âmbito do patrimônio cultural, mas apenas procura levantar o que tem sido feito nesta área de atuação. Você também pode optar por não responder qualquer questão proposta. Além disso, outro possível risco é o de você ser identificado por possíveis colegas ou parceiros de trabalho, mas, neste caso, o pesquisador assegura que não revelará dados que permitam identificação de qualquer participante, sendo as respostas colhidas anonimamente e analisadas em seu conjunto.

O Sr./Sra. pode se retirar do estudo a qualquer momento, bastando entrar em contato, a qualquer momento, com o pesquisador, para que os dados coletados sejam destruídos e desconsiderados nos relatórios da pesquisa. Em caso de danos provenientes da pesquisa o Sr/Sra. poderá buscar indenização nos termos da Res.466/12.

O seu anonimato, bem como da instituição em que trabalha, será preservado nos relatórios de divulgação dos resultados da pesquisa (como em artigos científicos) e os dados coletados serão armazenados pelo pesquisador responsável e podem ser adquiridos por você a qualquer momento, por um período de 5 anos da coleta de dados, após o qual todos os dados serão destruídos.

Você não receberá nenhum auxílio financeiro para participar da pesquisa, mas poderá se beneficiar dela pelo retorno realizado pela pesquisadora sobre os seus resultados, recebendo relatórios parciais ou finais da pesquisa, se caso assim desejar.

Caso queira esclarecimentos sobre a pesquisa, o pesquisador responsável pela pesquisa poderá ser contactado pelo e-mail: [renelommez@ufmg.br](mailto:renelommez@ufmg.br).

Caso queira esclarecimentos sobre a conduta ética da pesquisa, o Comitê de Ética da Universidade Federal de Minas Gerais (CEP UFMG), Endereço: Av. Presidente Antônio Carlos, nº 6627, 2º. Andar, Sala 2005, Campus Pampulha, Unidade Administrativa II, CEP: 31.270-901, Belo Horizonte, Minas Gerais, deve ser contactado por meio do Telefone: 3409-4592 ou pelo e-mail: [coep@prpq.ufmg.br](mailto:coep@prpq.ufmg.br)

Caso concorde em participar desta da pesquisa, afirme o seu o consentimento abaixo no chat da conversa de videochamada:

[x] concordo em participar da pesquisa nos termos deste consentimento. Declaro, também, que recebi uma via da declaração de consentimento da participação da pesquisa por e-mail.

Data: xxx/xxx/xxx

Pesquisador responsável: René Lommez Gomes  
Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais  
Assinatura eletrônica do pesquisador responsável – a inserir.

Pesquisador assistente: Igor Cândido Costa  
Mestrando em Ciência da Informação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais  
Assinatura eletrônica do pesquisador assistente – a inserir.

## APÊNDICE B – Roteiro de perguntas semiestruturadas

1. Você possui registro ativo no Corem 2ª região? Se não, você tem registro de museólogo em qual região?
2. Em que estado e cidade você reside hoje?
3. Qual é a sua formação de graduação, quando e onde você se formou?
4. Você fez algum curso de pós-graduação? Qual? Quando? Onde?
5. Você está trabalhando no momento?
  - 5.1 Se não, em que está trabalhando?
    - 8.1 Se sim, qual o vínculo de trabalho hoje?
    - 8.2 Quantas horas por semana você trabalha hoje?
    - 8.3. Em qual instituição, organização ou empresa você está trabalhando no momento?
9. Na sua percepção, o que é a musealização?
10. Na sua percepção, o que é a patrimonialização?
11. Você percebe diferenças ou aproximações entre a musealização e a patrimonialização?
12. Você já atuou em algum projeto de gestão do patrimônio cultural em cidades mineiras? Se sim, em quais cidades e quais foram os projetos?
  - 12.1 Destes qual foi o projeto de gestão do patrimônio cultural mais significativo que atuou?
  - 12.2 Qual foi o tempo de duração da realização?
  - 12.3 Qual foi o tipo de captação de recursos utilizada neste projeto?
  - 12.4 a. Neste projeto, gostaria que você me dissesse quais pessoas atuaram, com qual formação, e qual contribuição de cada uma delas.
    - b. quais outros profissionais você acha que poderiam ter trabalhado no projeto e como eles poderiam ter ajudado?
  - 12.5 Nesse projeto houve participação popular? Se sim, como se deu essa participação?
  - 12.6. Nesse projeto, quais técnicas da museologia você utilizou?

12.6.1 - Que referências você consultou para aplicar estas técnicas?

12.7. Outra pergunta: quais outras técnicas, fora da museologia, você empregou neste trabalho?

12.7.1 Que referências você consultou para utilizar estas técnicas fora da museologia?

12.8. Quais foram as etapas deste trabalho.

Estamos nos encaminhando para o final, vou te fazer algumas perguntas mais gerais agora.

13. Você acha que a Museologia forma profissionais para atuar na gestão de projetos de musealização e patrimonialização de bens culturais?

14. Quais referências você indicaria para um aluno de Museologia atuar no campo da gestão do patrimônio cultural em projetos de musealização ou patrimonialização de bens culturais?

15. Como você acredita que o museólogo pode colaborar para a promoção e o desenvolvimento do patrimônio cultural?

Agora vou te fazer algumas perguntas sobre o seu perfil, fique à vontade para não responder se quiser.

16. Qual é a sua idade?

16.1 Qual é a sua identidade racial? Participa de algum movimento coletivo voltado para identidade racial? Qual?

16.2 Qual é a sua identidade de gênero? Participa de algum movimento coletivo voltado para a afirmação de identidade de gênero? Qual?